

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO

PATRÍCIA MELO DA SILVA

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento
à exploração sexual infantojuvenil no Turismo em São Luís - MA

São Luís
2013

PATRÍCIA MELO DA SILVA

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento
à exploração sexual infantojuvenil no Turismo em São Luís - MA

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal do Maranhão para a obtenção
do grau de Bacharel em Turismo.
Orientador: Prof^a. Dra. Conceição Belfort

São Luís
2013

Silva, Patrícia Melo da

Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Turismo em São Luís – MA/ Patrícia Melo da Silva. _ 2013.

104 f.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientadora: Conceição Belfort.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão,
Curso de Turismo, 2013.

1. Sustentabilidade – Turismo. 2. Infância I. Título

CDU 338.484:502.131.1

PATRÍCIA MELO DA SILVA

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento
à exploração sexual infantojuvenil no Turismo em São Luís - MA

Monografia apresentada para a obtenção do título de
Bacharel em Turismo, à Universidade Federal do
Maranhão - UFMA.

Orientador: Prof^a. Dra. Conceição Belfort

Aprovada em: ___/___/_____

Prof^a. Dra. Conceição Belfort– UFMA
(orientadora)

Prof^a. Dra. Rosélis Câmara – UFMA

Prof^a. Dra. Klautenys Guedes – UFMA

São Luís
2013

A Deus por ter me concedido a benção da vida e sua misericórdia dia após dia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao “autor da vida”, Deus, que me permitiu chegar até aqui e me ajudou em toda minha caminhada.

À Professora Conceição pelos ensinamentos adquiridos, pela dedicação, paciência e orientação neste trabalho.

À todos aqueles que contribuíram com o trabalho (representantes dos meios de hospedagem, bares, restaurantes e demais pessoas que contribuíram com a pesquisa), a Francisco Salazar por ser um intermediador, a Thalyane Mendes (SETUR), a turismóloga Ana Kate (que muito me ajudou com informações preciosas e pela atenção), ao Inácio Pina (SETUR), a Sra. Maria da Conceição (Centro de Defesa Padre Marcos Passerini), ao Fernando Saraiva (São Luís Convention Visitors Bureaux), Mary Silva (SindHORBS).

Ao meu namorado George Bruno, pelo amor, carinho, atenção e incentivo, além da imensa ajuda neste trabalho e também a D. Maria José por ter me aturado em sua casa esses dias.

Aos meus pais Francisco e Marileth pelo amor e carinho dedicado, além do esforço para meu sustento, educação e toda criação.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelos momentos maravilhosos que passamos juntos.

À professora Edleuza, Professora Andréia, Professor Khey Albert, professor Jeronimo, Professor Paulo Medeiros, Sirley e Dona Lúcia (em nome de toda turma do IFMA- Campus Maracanã), pela companhia e ensinamentos, como também toda flexibilidade e folgas que me permitiram realizar para a realização da pesquisa.

Aos meus colegas de curso pelos momentos de alegria e aperreios, em especial a Tayana pela contribuição nesta pesquisa.

Aos professores do Curso de Turismo e Hotelaria que proporcionaram muito conhecimento.

Aos meus ex-alunos e atuais alunos da classe de pré-adolescentes da EBD, por serem mais uma motivação para a realização desse trabalho.

As pessoas que me proporcionaram oportunidades durante o curso na participação de eventos científicos.

Sintam-se todos agradecidos e satisfeitos por fazerem parte do meu crescimento profissional e deixarem a marca de vocês em minha vida.

“O futuro da nação sim está em nossas mãos,
pois temos que nos unir por um mundo mais
feliz”.

Fernandinho

RESUMO

O presente trabalho tece considerações sobre a infância e o turismo, fazendo referência ao combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, ou no contexto do “Turismo Sexual”. O objetivo desta pesquisa é analisar as campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas na cidade de São Luís, através da Secretaria Estadual de Turismo, pelo programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) do Ministério do Turismo. O estudo utilizou-se da pesquisa quali-quantitativa para analisar os métodos estatísticos coletados e também informações descritivas; foram realizadas pesquisas *in loco* através de entrevistas com as instituições que trabalham com o TSI e questionários com as empresas do *trade* turístico e com a sociedade civil, para saber como se dá essa divulgação da campanha e como ela contribui para o fim da exploração sexual infantojuvenil em São Luís. Foram coletados dados estatísticos do Disque Direitos Humanos, do Ministério do Turismo e da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Assim, devido à escassez de estudos e à falta de ferramentas de mensuração dos resultados das campanhas, esta pesquisa avalia a eficiência das campanhas do TSI realizadas em São Luís para combater o crime de exploração sexual contra crianças e adolescentes no turismo.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Infância.

ABSTRACT

This work discusses considerations about childhood and tourism, referring to the combat of Sexual Exploitation of Children in Tourism, or in the context of Sexual Tourism. The objective of this research is to analyze the campaigns to tackle the sexual exploitation of children and adolescents developed in the city of São Luís, through the Secretaria Estadual de Turismo, by the program Turismo Sustentável e Infância (TSI) of Ministério do Turismo. The study used the qualitative and quantitative research to analyze the statistical methods listed and also descriptive information, where were realized onsite researches through interviews in institutions that work with the TSI and questionnaires with tourism trade and civil society, to know how this campaign divulgation happens and how it contributes to the purpose of ending children and young people' sexual exploitation in São Luís. There were collected statistical of Disque Direitos Humanos, of Ministério do Turismo and of Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Thus, due to the lack of studies and the lack of tools to measure the results of the campaigns, this research evaluates the efficiency of TSI campaigns in São Luís to combat the crime of sexual exploitation of children and teenagers in tourism.

Keywords: Tourism. Sustainability. Childhood.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Região com maior número de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	35
Gráfico 2 - Onde acontece a ESCA?	40
Gráfico 3 - O que faz com o dinheiro da ESCA?	41
Gráfico 4 - Total por Sexo dos/das suspeitos/as por grupo etário (faixa de idade) - 2011.....	42
Gráfico 5- Tipo de Violência Sexual por Sexo das Vítimas – 2011.....	43
Gráfico 6 - Pesquisa com o Trade (Você conhecesse o Programa Turismo Sustentável e Infância - TSI do Ministério do Turismo - MTur) - 2013	69
Gráfico 7 - Pesquisa com o Trade (A Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) desenvolve ou já desenvolveu as ações do TSI neste estabelecimento?) - 2013.....	70
Gráfico 8 - Pesquisa com o Trade (Quais foram os efeitos dessas ações quanto ao rendimento?).....	71
Gráfico 9 - O estabelecimento já registrou algum caso ou índices de exploração sexual infanto-juvenil?.....	71
Gráfico 10 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento já participou ou realizou algum curso, palestra, reunião ou treinamentos sobre o combate a exploração sexual infantojuvenil?).....	72
Gráfico 11 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento participa ou já participou de algum projeto, programa, campanha ou ação de combate à exploração sexual infantojuvenil?) - 2013	73
Gráfico 12 - Pesquisa com o Trade (Quais as medidas tomadas para evitar esse tipo de crime no estabelecimento?)	74
Gráfico 13 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento possui algum cartaz ou informativo informando que a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente é Crime?).....	75
Gráfico 14- Tipos de Materiais e Instituições	76
Gráfico 15 - Pesquisa com o Trade (Você considera a cidade de São Luís um destino vulnerável ao “turismo sexual” ou Exploração Sexual infantojuvenil?).....	76
Gráfico 16 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já ouviu falar em "turismo sexual"? – 2013	78
Gráfico 17 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já observou alguma situação que se pareça com o “turismo sexual”? – 2013.....	78
Gráfico 18 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você conhece algum projeto de combate à exploração sexual?) - 2013	79

Gráfico 19 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já olhou ou conhece esta marca do TSI?) - 2013	80
Gráfico 20 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Aonde você olhou?).....	81
Gráfico 21 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Que tipo de material que você olhou?)	81
Gráfico 22 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Qual a instituição promotora da campanha?).	82
Gráfico 23 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você conhece o programa Turismo Sustentável e Infância?) - 2013.....	83
Gráfico 24 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já participou de alguma ação do Programa Turismo Sustentável e Infância?) - 2013	83
Gráfico 25 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Tipo de ação)	84
Gráfico 26 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Você considera a cidade de São Luís vulnerável ao “turismo sexual” ou exploração sexual de crianças e adolescentes?).....	85
Gráfico 27 - Com base nas perguntas anteriores, as campanhas do Turismo Sustentável e Infância (TSI) contribui para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes?	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Regiões Turísticas versus Destinos Indutores - 2010.....	32
Tabela 2- Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual nas rodovias, no período 2009-2010.....	33
Tabela 3- Pontos Críticos, Alto Risco, Médio Risco e Baixo Risco de ESCA nas rodovias federais - 2012	34
Tabela 4 - Como ficou sabendo que poderia ganhar dinheiro fazendo sexo?.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade dos Pontos por Região.....	34
Figura 3 - Campanha - “O melhor do Turismo: Boas lembranças e Novos Amigos.”	52
Figura 4 - Programação de São João com a marca do TSI.....	54
Figura5 - Campanha “Sex Tourism Involving Children.Beware. Brazil is Watching you.” ...	56
Figura 6 - Campanha “Brasil. Quem ama protege”	57
Figura 7 - Campanha “Unidos contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Entre para Este Bloco”	58
Figura 8 - Campanha “Brasil Quem Ama Protege”	59
Figura 9 - Campanha “Crianças e adolescentes são o maior patrimônio de toda a nação.”	60
Figura 10 - Campanha de Carnaval “Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime”	60
Figura 11 - Campanha “Um gol pelos direitos de crianças e adolescentes”	61
Figura 12 - Campanha da Liga da Proteção	62
Figura 13 -Campanha “Proteja – não desvie o olhar”	63
Figura 14 - Campanha do Ministério Público	64
Figura 15 - Campanha do SindHORBS.....	65
Figura 16 - Marca do TSI	79

LISTA DE SIGLAS

ABIH Nacional – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

APROCE - Associação das Prostitutas do Ceará

CDMP - Centro de Defesa Padre Marcos Passerini

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CNT- Conselho Nacional de Turismo

COMOV - Comunidade em Movimento

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CT-TSI - Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECPAT INTERNATIONAL – End Child Prostitution, Child Pornography and the Trafficking of Children for Sexual Purposes (Acabe com a Prostituição, a Pornografia e o Tráfico de Crianças para fins sexuais)

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ESCA - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

FBC&VB - Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux

FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hospedes

FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã

GARA - Grupo de Ação Regional para Proteção de Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual no Turismo da América do Sul

MTUR - Ministério do Turismo

OMT -Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional de Turismo

PRF – Polícia Rodoviária Federal

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SETUR - Secretaria Estadual de Turismo

SETUR - Secretaria Municipal de Turismo

STDS - Desenvolvimento Social do Estado do Ceará

SURIC - Superintendência de Relações Institucionais e Controle

TSI - Turismo Sustentável e Infância

UNB - Universidade de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	“TURISMO SEXUAL” CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	20
2.1	ROTAS DO “TURISMO SEXUAL” NO BRASIL	26
2.2	TURISMO COM MOTIVAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL.....	37
3	TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA.....	46
3.1	TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA EM SÃO LUÍS	51
3.2	CAMPANHAS DE COMBATE AO TURISMO COM MOTIVAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL	56
4	CAMPANHAS DE COMBATE AO TURISMO SEXUAL EM SÃO LUÍS - MA: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	66
4.1	ENTREVISTA COM A SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO E COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	67
4.2	PESQUISA REALIZADA COM O TRADE TURÍSTICO	69
4.3	PESQUISA REALIZADA COM A COMUNIDADE.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS E CONSULTADAS	89
	APÊNDICES.....	94

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se destaca por sua capacidade de expansão econômica para diferentes classes trabalhadoras trazendo perspectivas promissoras para o país. O turismo possui uma forte capacidade de gerar emprego e renda, além de proporcionar melhorias na qualidade de vida na população, pois a mesma permite um maior investimento para o destino, proveniente tanto do poder público como de instituições privadas (novas vias de transportes, obras de saneamento básico, saúde, educação, além de vários empreendimentos que possibilitará em geração de emprego e qualificação profissional para a comunidade residente).

O turismo no Brasil tem registrado crescimento significativo nos últimos anos. Os dados do Ministério do Turismo (MTur) do Anuário Estatístico 2012, registram a chegada de 5.809.505 em 2010 e registra recorde em 2012 com a chegada de 9.236.947 em desembarque internacional. O número de desembarque nacional também teve aumento significativo em relação aos outros anos. Registra-se recorde de receitas no turismo no Brasil em 2013, cerca de US\$ 6.130 bilhões entre janeiro e novembro¹, oriundas de gastos de turistas estrangeiros. A perspectiva para os próximos anos também é de crescimento para a atividade, pois com a chegada de eventos internacionais como a Copa em 2014 e as Olimpíadas em 2016, o país visa um crescimento significativo nesse setor.

A partir dessa visão de crescimento na atividade, o turismo deve ser pautado no planejamento sustentável, pois este lhe permitirá um maior equilíbrio e rentabilidade social, econômica, ambiental e cultural.

Segundo Valls:

Um destino sustentável é aquele que adota um conjunto de medidas globalizadoras, realizáveis e de um planejamento duradouro, que se estende a todas as fases do ciclo de vida e encadeia seu desenvolvimento geral no contexto econômico, sociocultural, e ambiental. (VALLS, 2006, p. 59)

O princípio da sustentabilidade no aspecto social se refere à igualdade social, respeito aos direitos humanos e diminuição das diferenças sociais igualando a distribuição de renda. Já o aspecto econômico também abrange a equidade de renda e ações economicamente justas. O aspecto ambiental envolve a conservação e preservação da natureza, diminuição de danos ambientais e redução da poluição criando tecnologias limpas. O aspecto cultural compreende-se na valorização, incentivo e respeito à cultura das populações.

¹Dados da Embratur

A atividade do turismo deve obedecer aos princípios da sustentabilidade, pois a ausência deles pode trazer bastante malefícios, como a desigualdade social, a desvalorização da cultura e degradação do meio ambiente e distribuição econômica distribuída de forma injusta, dentre outros. O planejamento turístico deve ser baseado na sustentabilidade, pois a atividade deve contribuir para o crescimento do destino sem prejudicar as gerações atuais e também as gerações futuras. A falta de planejamento no turismo acaba ocasionando perdas grandes para o destino, uma delas é a chegada de turistas indesejáveis, tais como turistas com motivações sexuais ou que aproveitam o espaço para se satisfazerem sexualmente.

É importante ressaltar que nem todo o turista que utiliza dos serviços sexuais é induzido a conhecer o destino por motivações sexuais, são turistas que buscam lazer, negócios, saúde, dentre outras motivações e encontram no local a oportunidade realizarem encontros sexuais, por estarem distante e sozinho.

Segundo Piscitelli (2001, apud GABRIELLI 2006, p. 69), o “turismo sexual” é definido como “qualquer experiência de viagem na qual a utilização de serviços sexuais prestados pela população local, em troca de recompensas monetárias e não monetárias, é um elemento crucial para o sucesso da viagem”.

O Brasil é conhecido como rota para o “turismo sexual”, pois a imagem da mulher brasileira é apresentada ao mundo de forma estereotipada desde a colonização. Logo depois com a realização do marketing turístico brasileiro na década de 70, houve também um equívoco nessa divulgação, pois foram usadas imagens de mulheres seminuas para divulgar o turismo no país. Essas campanhas trouxeram ao Brasil marcas profundas até hoje presentes. Pode-se afirmar que a Exploração Sexual e o Tráfico de Pessoas (mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos) são consequências desse marketing.

Logo após o marketing da década de 70, o governo do Brasil adotou medidas de combate a esse tipo de divulgação, como também medidas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Essas medidas adotadas pelo governo devem-se também a iniciativas de organizações da sociedade civil e organizações não governamentais que lutaram em defesa dos direitos das minorias, entre elas as crianças e adolescentes. Hoje a prostituição e exploração sexual envolvendo criança e adolescente é crime no Brasil e existem várias leis que preveem punições severas para quem pratica ou se beneficia dela, assim como define os direitos e deveres da criança e do adolescente. Para combater a exploração sexual de criança e adolescente, dentro das atividades turísticas, o Ministério do Turismo (MTur) criou em 2004

o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) que tem como objetivo trabalhar a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

O Programa atua em todos os Estados brasileiros e também no Distrito Federal, onde desenvolve quatro eixos de ações: Projetos Inclusão Social com Capacitação Profissional, Projetos de Formação de Multiplicadores, Seminários de Sensibilização e Campanhas. As Campanhas promocionais do TSI acontecem constantemente, porém em épocas festivas como Carnaval e São João elas ganham destaque, pois o número de turistas cresce nestes períodos em determinados destinos. As Campanhas do TSI acontecem em níveis nacionais por meio do Ministério do Turismo (MTur) e também pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), porém podem ser realizadas por meio das esferas estaduais e municipais, assim como por iniciativas não governamentais em parceria com o MTur.

As Campanhas do TSI chegaramem São Luís por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) em articulação com o Centro de Defesa Padre Marcos Passerini (CDMP), que realizaram a campanha “O melhor do Turismo: Boas Lembranças e Novos Amigos”.

Em 2007deu-se a criação da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), que passou a desenvolver trabalhos articulados com o MTur para a realização do Programa no Estado.A Secretaria Estadual de Turismo desenvolveu e desenvolve várias campanhas nacionais do TSI em todos os Pólos Estratégicos do Estado. As campanhas publicitárias do TSI possuem grande importância, pois possibilitam a massificação das informações através de materiais visuais e auditivos.

Esta pesquisa tem como objetivo a análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, desenvolvidas na cidade de São Luís, através da Secretaria Estadual de Turismo pelo Programa do Governo Federal “Turismo Sustentável e Infância”. Foram analisadas como estão sendo realizadas as campanhas do TSI em São Luís, sua eficiência, bem como a identificação dos resultados obtidos com a campanha do TSI na cidade de São Luís.

O estudo utilizou-se da pesquisa quali-quantitativa para analisar os métodos estatísticos coletados e também informações descritivas. Foram realizadas pesquisas *in loco* através de entrevistas com três instituições parceiras do Programa: São Luís Convention & Visitors Bureau, SindHORBS, Centro de Defesa Padre Marcos Passerini, além da Secretaria Estadual de Turismo, conversas com a Secretaria Municipal de Turismo e análise de relatórios dessas empresas.

Foram realizados oito questionários com bares e restaurantes dos principais pontos Turísticos de São Luís (Centro Histórico e Avenida Litorânea) e treze questionários com meios de hospedagem cadastrados no Cadastur (Hotéis, Flat's, Pousadas e Hostel), além de cinquenta e três questionários com a sociedade civil (autóctones e turistas, sendo a maioria autóctone). Os questionários do Trade Turístico e da Sociedade Civil foram desenvolvidos através da ferramenta *Google Drive*, por ser mais objetivo no arquivamento de informações e por não utilizar papel; foram realizados diretamente no *Google Drive* os questionários da Sociedade Civil, pois com o *trade* turístico os questionários foram impressos junto com o termo de autorização.

Foram realizados pré-testes, a partir de aplicação de questionários com os estabelecimentos turísticos, acrescentando e retirando algumas perguntas, sendo esta etapa muito importante para a pesquisa, pois possibilitou uma adequação do questionário além de um maior envolvimento com o assunto já pesquisado através do pré-teste. Houve também a análise dos dados do Disque Direitos Humanos – módulo crianças e adolescentes, sendo o último relatório publicado em 2011, além do balanço dos dados realizados em 2012.

Outros dados analisados foram os dois últimos relatórios de mapeamentos dos pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes realizados pela Polícia Rodoviária Federal.

A Matriz intersetorial foi um importante instrumento para a realização deste trabalho. Foram analisados os resultados do relatório da Matriz como também do site oficial da mesma. Outros materiais como o relatório da Childhood Brasil e de outras instituições de proteção foram utilizados para esta pesquisa.

Os manuais, cartilhas e relatórios dos projetos foram utilizados para subsidiar o trabalho; outras informações disponibilizadas pelo Ministério do Turismo através da Ouvidoria foram filtradas para o desenvolvimento deste trabalho.

O estudo, contou também com a pesquisa documental onde foram usadas matérias publicadas em jornais sobre o problema, além de pesquisas bibliográficas.

2 “TURISMO SEXUAL” CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Segundo Graburn (1983, apud BRÁS, 2006, p. 44) “turismo sexual se entende toda a deslocação turística que tem como objetivo principal, ou principal motivação, o consumo ou comércio de sexo”.

O “turismo sexual” se caracteriza por relacionamento sexual comercial e/ou forçado entre turista e autóctone, muitas vezes usando equipamentos turísticos para disfarçarem o comércio. A maioria das vítimas do “turismo sexual” são pessoas que estão vulneráveis a situações exploração sexuais, pessoas em condições sociais desfavoráveis as do turista, dentre elas estão às mulheres, adolescentes e crianças de classes baixas.

Para Organização Mundial de Turismo (OMT)

O “turismo sexual” é definido como sendo “viagens organizadas dentro do setor do turismo, ou fora deste, usando suas estruturas e redes de contato, com a intenção principal de efetivar relações sexuais comerciais entre turistas e nativos”. (OMT, apud, GABRIELLI, 2006, p. 68)

O comércio do sexo pode ser realizado não só por “profissionais do sexo”, mas também por pessoas que nunca tiveram essa experiência e de alguma forma foram aliciadas à prática do sexo em troca de favores, presentes e/ou dinheiro. Há também as situações onde as vítimas de exploração sexual vivem em situações de escravidão, não podendo deixar a atividade, devido a pressões, ameaças e até mesmo prisões.

Essas prisões acontecem na maioria das vezes em situações de tráfico de pessoas, onde a vítima é retirada para trabalhar no mercado do sexo em outra cidade, estado e até mesmo outro país.

Há também ofertas de comércios sexuais exclusivamente para o turismo onde este pode ser do mais alto nível, ou seja, mercado de sexo luxuoso, onde os serviços são oferecidos para uma clientela mais exigente e de elevado poder aquisitivo.

O chamado “turismo sexual” não é uma modalidade de turismo, porém existe oferta e demanda. A modernização foi um fator que marcou a história do turismo, assim como contribuiu para a chegada do turismo com motivação sexual. Para Soares do Bem (2005, pag.30) “A modernização, portanto, pode ser vista como um importante elemento impulsionador da atividade turística e atua em dupla perspectiva”.

O processo de modernização caracterizou-se na busca pelo novo, pelo desconhecido e pelo prazer. O “turismo sexual” por sua vez utilizou de todos os atributos da fase da modernização para predominar em alguns destinos turísticos receptores.

O surgimento do “turismo sexual” ocorreu em decorrência do próprio desenvolvimento do turismo e da sociedade. Soares do Bem (2005, p. 20) coloca que “O ‘turismo sexual’ não pode ser visto isolado do desenvolvimento do próprio turismo, sua existência esta intimamente vinculada aos modelos de desenvolvimento da atividade, historicamente constituídos”.

O desenvolvimento da atividade turística surgiu com o aparecimento de novas tecnologias, de novos roteiros turísticos, de novos serviços, acessibilidade de viagens para outras classes sociais, a valorização e o uso da viagem como sinal de status e a criação de novos valores e costumes, estas situações fizeram nascer também os vestígios do turismo com motivação sexual.

Para Ouriques (2005, p. 15), “As raízes do turismo contemporâneo, fruto do acelerado crescimento econômico do pós- guerra, encontram-se na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e na implementação de uma indústria do laser”. O autor também coloca que muitas vezes a expansão turística ocorre na periferia do capitalismo mundial, tendo a associação do turismo com o sexo em regiões de ex-colônias e periféricas.

Franz Fanon destaca que:

Em seu aspecto decadente a burguesia nacional será consideravelmente auxiliada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamoradas das coisas exóticas, da caça, dos cassinos. A burguesia nacional organiza centros de descanso, recreação e cura através do prazer para a burguesia ocidental. Esta atividade será chamada de turismo e será assimilada circunstancialmente por uma indústria nacional. Se quisermos uma prova desta eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonial em organizadores de festas para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que acontece na América Latina. Os cassinos de Havana, do México, das praias do Rio, as juvenzinhas brasileiras ou mexicanas, as mestiças de treze anos em Acapulco e Copacabana são os estigmas desta atitude da burguesia nacional. Como não tem idéias, como está fechada em si mesma, isolada do povo, mimada por sua incapacidade congênita para pensar na totalidade dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional vai assumir o papel de gerente das empresas ocidentais e praticamente converterá seu país em prostíbulo da Europa. (FRANZ FANON, 1986, apud OURIQUES, 2005, p. 100 e 101).

O desenvolvimento do “turismo sexual” está ligado ao desenvolvimento no contexto pós-guerra, pois foi nessa época que surgiram importantes tecnologias para o desenvolvimento dos países e do turismo, como também foram surgindo como efeitos colaterais das guerras em novos mercados sexuais em países periféricos do capitalismo, onde os mesmos ficaram escravos desse mercado.

Um dos países pioneiros na existência do “turismo sexual” é a Tailândia, este desde 1905 ficou conhecido pela atividade da prostituição sendo geradora de receitas para o país através do “turismo sexual”.

A atividade do “turismo sexual” era desenvolvida em 1966 pela instituição *Entertainment Act* que operava o funcionamento de estabelecimentos para o comércio do entretenimento (bares, bordeis, salões de massagens e clubes de danças) ligados ao apelo sexual. Esta instituição recebeu um grande fluxo de soldados norte-americanos durante a Guerra da Coréia e do Vietnã, onde estes se satisfaziam com presença das mulheres através de trocas sexuais comerciais.

[...] e passou a ser considerada como um lugar paradisíaco, não só para os soldados em período de folga,mas, depois da guerra, para os turistas de modo geral. O “turismo sexual” passou, a partir daí, a ser incentivado com o apoio do governo, uma vez que o turismo trazia divisas para o país. (LEHMANN-CARPOZOV, 1994, apud OURIQUES, 2005, p. 102).

Com a crescente demanda de clientes com motivações sexuais, surgiram outros empreendimentos e outros centros de prostituição também foram criados no país, com o objetivo de atender essa demanda crescente, onde novos clientes foram surgindo e até hoje o destino sofre consequência deste mercado.

Não durou muito para que Bangcoc se transformasse no “bordel asiático” por excelência. Assim os retirantes soldados americanos foram gradativamente substituídos por uma clientela potencialmente oriunda do Japão e dos países da Europa Ocidental, para os quais começaram a ser organizadas viagens em grupos. Já em 1973, o país foi visitado por um milhão; em 1981, por dois milhões; em 1988, visitado por quatro milhões; em 1990, por cinco milhões de turistas (no geral do sexo masculino), que passaram a contribuir para transformar a indústria do turismo num dos mais importantes setores da economia nacional. A “indústria do divertimento” passou, assim, a ser apoiada pelo governo como forma de atrair mais e mais recursos financeiros para o país. (SOARES DO BEM, 2005, p.93).

Porém, os governos internacionais e organizações não governamentais pressionaram o governo tailandês, a fim de acabar com este problema social, onde a imagem do país era vendida com apelo ao “turismo sexual”, contribuindo para a prostituição, exploração sexual infantil, surgimento de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros problemas.

Para Soares do Bem (2005, p. 91) “Em relação aos países receptores, pode-se afirmar que as políticas de turismo adotadas por muitos deles agem como fatores que também contribuem para estimular o ‘turismo sexual’”.

Os países receptores podem contribuir diretamente e indiretamente com a demanda para o “turismo sexual”, pois quando o país cria a imagem do país atrelado ao apelo sexual ou não cria políticas de combate e fiscalização para a erradicação do problema de exploração sexual, este contribui para o surgimento do problema. Assim como o governo

tailandês contribuiu para uma imagem de um destino sexual, no Brasil não foi muito diferente.

No Brasil também é encontrado o mercado para o “turismo sexual”. Na década de 60 surgiram propagandas do turismo no Brasil com imagens de mulheres seminuas em manifestações culturais ou pontos turísticos. Essas promoções partiram tanto do poder público como das iniciativas privadas, a fim de atrair um grande fluxo de turistas.

Para Bonasso e Forselledo:

Os fatores que contribuem com a ocorrência da exploração sexual são múltiplos e variados, sem embargo o ponto mais difícil para erradicar o problema é chegar a entender aqueles elementos que o propiciam encontrar o caminho para mudá-los. (BONASSO e FORSELLEDO, p. 3)

É impossível falar do “turismo sexual”, sem falar de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), pois este em sua maioria oferece crianças e adolescentes como produto desse comércio existente no turismo, que reflete na não aceitação da maioria da população e dos integrantes da cadeia produtiva da atividade turística, pois fere os princípios éticos e morais do ser humano.

A problemática do “turismo sexual” e exploração sexual de crianças e adolescentes vai muito além de questões econômicas, sendo um fator histórico, social e cultural que surge principalmente nos países do terceiro mundo. As lindas paisagens desses países, agregadas com o exotismo (raça diferente) traçado pelo povo dominante e o afeto encontrado no povo autóctone destaca-se como destino prazeroso.

[...] a compreensão, implícita e explicitamente presente no pensamento e práticas dos turistas dos países centrais, de que a periferia do capitalismo é destinada a função de ser ‘bordel de primeiro mundo’, que representa um componente essencial do “turismo sexual”. O ‘outro’ é encarado como um mero objeto, pela sexualidade e sua raça [...]. Podemos dizer que as crianças, mulheres e também homens da periferia são uma espécie de ‘recurso prazeroso’ da colonização turística: ao invés de exportamos os recursos naturais tradicionais como açúcar, café, frutas e minerais, estamos importando turistas para se deliciarem com aquilo que eles acreditam ser nossa ‘vantagem competitiva’: a sexualidade. O sexo é assim um produto de exportação consumido localmente. Embora pareça ser contraditório, queremos enfatizar aqui que nos países centrais existe um imaginário sobre as viagens à periferia, associando-a aos encontros prazerosos, ou seja, é exportada a idéias, socialmente construída, de que a periferia é um ‘jardim das delícias’. (OURIQUES, 2005, p. 104)

É importante ressaltar que os fatores econômicos e sociais contribuem com a existência do mercado do “turismo sexual”, sendo que as vítimas encontram na atividade da venda do corpo uma alternativa de adquirir uma fonte de renda e inserção social.

Leal aponta:

Alguns desses indicadores seriam: a globalização da economia; as redes de exploração sexual no mercado transnacional e local; a exploração do trabalho; a desigualdade social, de gênero, raça e etnia; a desigualdade geossocial rural e urbana; a migração legal e ilegal, e o consumo. (LEAL,2001, apud MANUAL DO MULTIPLICADOR , 2013, p.38).

Como afirma Bussons e Jardim (2006, p. 202), o desenvolvimento da atividade, no atual contexto social (da desigualdade, do desemprego, da baixa qualificação profissional e baixa renda), foi propício para que o mercado sexual se expandisse.

Soares do Bem salienta sobre o surgimento do “turismo sexual” como:

Não sendo produto de um planejamento, mas, pelo contrário, surgindo mesmo em virtude da ausência deste, o “turismo sexual” é o resultado de armadilhas construídas - não no sentido teleológico - lentamente ao longo da história. (SOARES DO BEM, 2005, p. 100).

A falta de planejamento no turismo acaba ocasionando perdas grandes para o destino, uma delas é a chegada de turistas indesejáveis, tais como turistas com motivações sexuais ou que aproveitam o espaço para se satisfizer sexualmente.

O “turismo sexual” não é crime previsto em lei no Brasil, porém a lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo em seu artigo 5 e inciso X, aborda sobre seus os objetivos. “Prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos”. (LEI n° 11.771, 2008)

Portanto, o poder público brasileiro pode notificar atividades turísticas que provoquem abusos de natureza sexual, podendo até ser o “turismo sexual” em sua totalidade. Em 2012, o MTur notificou mais de 2.000 mil sites que associava o Brasil à prostituição, apelo ao sexo e à prostituição.

Há poucos estudos acerca do “turismo sexual”, sua discussão ainda é pequena ao se comparar com sua grande realidade. Os setores públicos e privados buscam solucionar outros problemas que essa demanda de turistas provoca nos destinos, como a exploração infantojuvenil, o tráfico de pessoas e pornografia.

Diferente da prostituição, a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, é uma prática ilegal, sendo que estas na maioria das vezes são aliciadas por maiores que querem ter o proveito dos menores.

Para Soares do Bem:

O “turismo sexual”, embora esteja disseminado como prática cada vez mais visível nas sociedades contemporâneas, não pode ser considerado simplesmente um segmento a mais da atividade turística (por pressupor a existência de um mercado configurado), mas de suas perniciosas deformações. (SOARES DO BEM, 2005, p. 19).

Contudo, o “turismo sexual” é censurado pela grande maioria dos profissionais do turismo, visto que este causa agravantes para a atividade, tornando-a maléfica para a sociedade.

O “turismo sexual” tornou-se um problema gravíssimo para o setor do turismo, ocasionando alterações nos objetivos propostos pelo mesmo e trazendo malefícios para toda a cadeia produtiva, assim como, para a comunidade autóctone.

Este pode descaracterizar a identidade local, onde esta demanda de turistas sexuais ocasiona a criação de bordéis, agências de “turismo sexual”, dentre outros fatores que contribuem para a formulação de uma rede mercadológica do “turismo sexual”.

Porém, esta prática de turismo pode ocorrer também em destinos onde há um planejamento turístico, devido à existência de problemas ancorados na comunidade daquele destino ou até mesmo de destinos próximos.

O destino turístico deve atender em primeiro lugar as necessidades dos seus habitantes (em moradia digna, direito à saúde, educação, segurança, lazer, dentre outros) e não construir um complexo turístico ocultando a comunidade e privando ainda mais de seus direitos. Muitos destinos utilizam o modelo de planejamento participativo, envolvendo o setor público, iniciativa privada, terceiro setor e a comunidade, para atender as necessidades de todos e desenvolver a atividade turística. Tal forma de planejamento é louvável e garante ao residente maiores benefícios.

O Brasil começou a desenvolver o planejamento participativo em 1990, com a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), este visava fortalecer os municípios que fossem eles classificados como “turísticos” ou de “potencial turístico”, além do envolvimento dos setores públicos, empresas, terceiro setor e a comunidade. Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o Governo Federal passou a desenvolver outras ferramentas de gestão estratégica do turismo, sendo criado o Plano Nacional de Turismo (PNT) que consiste em um modelo descentralizado de turismo, além da criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A partir dessas ações, o governo passou a priorizar a infância e adolescência por meio da temática do Turismo Sustentável e Infância. A discussão do Turismo Sustentável e Infância (TSI) são realizadas por meio do Conselho Nacional de Turismo (CNT), através das Câmaras Temáticas. A discussão sobre a infância e adolescência levou a criação do Programa Turismo Sustentável e Infância, que prevê o envolvimento dos setores para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

O Brasil possui um modelo de planejamento participativo que aborda a discussão da infância e adolescência como prioridade da atividade, porém, cabe aos destinos utilizar este modelo para combater o “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes.

Nota-se que a temática do “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes é de extrema importância para combater a ESCA, mas a falta de conhecimentos das pessoas sobre o assunto e sobre as suas características acabam fortalecendo a ação de criminosos e também a prática do “turismo sexual” envolvendo menores.

É importante ressaltar que em um contexto turístico necessita-se de políticas voltadas para a proteção da infância e da adolescência, a fim de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes e evitar a configuração de rotas para o mercado do “turismo sexual”.

2.1 ROTAS DO “TURISMO SEXUAL” NO BRASIL

Os grandes destinos do “turismo sexual” estão em países subdesenvolvidos em vários continentes. Os países Europeus² que mais procuram o “turismo sexual” são: Portugal, Itália e Espanha. Na Ásia têm-se a Tailândia, Filipinas e Sri Lanka como destinos antigos e até hoje ativos no mercado do sexo. No continente africano os países que servem como portões de entradas para o “turismo sexual”, são: Marrocos, Mauritânia, Senegal e Quênia. Já na América do Sul e Caribe, países como Brasil, República Dominicana e Cuba ganham destaque na rota para o mercado do sexo no turismo.

Esses países também ganham destaque no tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

Quase todos os países da Europa Ocidental, do Sul e do Norte são os destinos para o tráfico de pessoas, incluindo crianças o tráfico para exploração sexual. Vítimas do tráfico para esses países são relatados para vir de todas as principais regiões do mundo (incluindo o Leste da Ásia, América do Sul e na África Ocidental, especialmente a Nigéria). (ECPAT International, 2009, p. 14)

É importante ressaltar que os problemas sociais desses países podem contribuir para o crescimento desse mercado, onde a busca pelo capital e aceitabilidade social, leva a oferta do mercado do corpo por jovens, adolescentes e até mesmo crianças de destinos turísticos. Para Costa:

Uma saída dessa condição de minoridade material torna-se, para muitas jovens, o comércio do corpo, principalmente em realidades periféricas que a economia local não oferece boas perspectivas de inserção na vida econômica formal/legal. Assim, o sexo perde o seu status de necessidade fisiológica e 'realidade emocional para se

²Barreiras (2007 apud SILVA 2009, p. 27).

tornar mercadoria. O avanço do processo de transformação da esfera da subjetividade em valor de troca, ou seja, em mercadoria, é marca do capitalismo. A prostituição enquanto prática humana é, logicamente, anterior ao capitalismo, mas é neste modo de produção que ela ganha outros ares, tornando-se inclusive um grande mercado econômico. (COSTA, 2011, p. 175)

Soares do Bem (2005, p. 33) aborda sobre a era da modernização “surgindo na forma excludente” no contexto turístico, muitos destinos passam a existir de forma maléfica para a população autóctone, pois ela tem que se adaptar com a chegada da atividade turística, sendo obrigado a conviver com uma economia diferente da existente antes da criação do setor no destino, onde esta pode gerar até mesmo uma exclusão e desigualdade entre a população autóctone e visitante.

A criação desta atividade deve acontecer de forma participativa, sendo benéfica e aceitável por todos no contexto existente, a fim de não ocorrer problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais, como desequilíbrio ecológico, o aumento exagerado do preço dos produtos, do custo de vida, desapropriação de terras (fazendo existir as periferias), descaracterização da identidade (fala, costume e crenças), falta de emprego e renda (modificação atividades econômicas da população residente, criando novas formas de trabalho, onde nem sempre oportuniza todos da comunidade e quando há é para o preenchimento apenas das vagas operacionais, atividades informais, ou até mesmo ficando propícia a marginalidade, venda de drogas e até mesmo a atividade da prostituição), dentre outros.

Segundo Soares do Bem (2005, p. 78) sobre essa última hipótese afirma que [...] “são grupos sociais em situações estruturais e conjunturais bastante específicas que participam das ofertas constituídas do mercado das trocas sexuais dinamizadas pela atividade turística, em busca de mobilidade social”.

Soares do Bem afirma que:

A população excluída passou a encontrar no “turismo sexual” uma forma de mobilidade social, na ausência de canais legítimos de mobilidade. O “turismo sexual”, uma vez configurado, produz novos impactos sociais, criando uma infraestrutura e uma dinâmica propícias à proliferação do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes. Ele cria rotas, institucionaliza espaços e práticas, fluxos e agentes. (SOARES DO BEM, 2005, p. 105 e 106).

É importante afirmar que a comercialização do sexo, não é uma prática apenas de pessoas em condições desfavoráveis. Nesse comércio é possível encontrar pessoas de classe média/ alta trabalhando, pois para muitos esse negócio pode ser lucrativo. Porém essa situação é bem diferente da debatida no trabalho, pois a prostituição envolvendo adultos, muitas vezes é opcional e sem violência ou abuso, sendo que o adulto já tem toda uma opinião formada

sobre a prática da venda do sexo. Mas, quando esse comércio chega a envolver crianças e adolescentes para as praticas sexuais no turismo ou fora deste, constitui-se um crime.

Os destinos turísticos brasileiros têm se tornado alvos dos turistas com motivações sexuais, sendo assim considerados como rotas do “turismo sexual”, comercializando pacotes sexuais no turismo como se fossem pacotes comuns provenientes da atividade, usando pessoas como objetos comerciais, aproveitando até mesmo quem não tem idade suficiente para o trabalho e ainda mais para atividade do sexo.

O jornal Criciúma³ publicou um artigo no dia 07 de junho de 2013, com o título: “Vendem-se virgens. Brasil na rota do ‘turismo sexual’ para italianos”, da repórter Néia Pavel, esse artigo retrata a vergonha do Brasil como destino para o “turismo sexual”, publicado no jornal Italiano Il Gazzettino, o artigo também aborda a prostituição infantil, colocando o Brasil no auge da prostituição infantil.

A busca por sexo fácil é a maior motivação de muitos turistas que visitam o Brasil. A escolha por crianças e adolescentes pode ocorrer devido à imagem ilusória da virgindade, da imunidade a doenças sexuais ou até mesmo fantasias relacionando as crianças como objetos eróticos.

No universo do “turismo sexual” não é difícil encontrar as crianças e os adolescentes, pois a procura deles existe por uma clientela permanente, o que ocasiona a existência de aliciadores que buscam encontrar crianças e adolescentes para o comercio sexual, sendo que estas são procuradas em locais vulneráveis, onde são iludidas com promessas e trocas monetárias.

Dados Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil 1996-2004 (apud MARQUEZ, 2009, p. 30), mostram os aspectos no “turismo sexual”, sendo este:

É uma prática disseminada em boates, prostíbulos, pontos turísticos (praias, ruas, bares, parques, festas regionais etc.); Está presente em diversas regiões brasileiras; Maioria das crianças e adolescentes envolvidos neste universo têm idade entre 12 e 18 anos. (Relatório Final: Estudo Analítico do enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil – ESCCA 1996 – 2004. VIOLES/SER/UNB: Brasília, 2005 apud MARQUEZ, 2009, p. 30)

Essa relação entre turista e criança e/ou adolescente acontece nos hotéis, motéis, boates, casas de show, restaurantes, bares, rodovias e até mesmo em locais públicos como praias e centros turísticos.

³Reportagem do Jornal Criciúma, publicado no jornal Italiano Il Gazzettino no dia 07 de junho de 2013.

Para Leal (LEAL,1999, apud LIMA, 2006,p.12)“O turista busca a oferta de sexo mediante pagamento prévio ou agendado, explorando crianças e adolescentes, caracterizando-se como ‘turismo sexual’”.

Há casos em que “turismo sexual” é organizado através de agências de turismo especializadas, esta conta com uma infraestrutura apropriada para receber essa modalidade de turista, onde é voltada para receber o turista com motivação sexual que se camufla com a infraestrutura para o verdadeiro turismo, mas nela há presença de profissionais do sexo como também de crianças e adolescentes.

Segundo Soares do Bem, há “várias agências de matrimônio e agências de viagens especializadas em oferecer pacotes completos, incluindo acompanhantes permanentes durante as férias dos turistas”. (SOARES DO BEM, 2005, p. 33).

O artigo do jornal *Il Gazzettino*⁴ aponta que as vítimas podem ter nove, sete e até mesmo cinco anos. Pagam pouco na compra do pacote que pode ser feita pela internet, pacotes que incluem hotel, refeições, mulheres e preservativos, onde podem escolher pagando um pouco mais caro por uma virgem, que custa em média mil euros (cerca R\$ 2.800,00), o artigo também relata dados da pesquisa do ECPAT INTERNATIONAL (Acabe com a Prostituição, a Pornografia e o Tráfico de Crianças para fins Sexuais), em seu último relatório onde afirma que:

Os homens têm em média entre 20 e 40 anos, uma vida normal (com mulheres, filhos, um bom emprego) e procuram este tipo de relação para "provar uma nova emoção", e não por serem depravados. Somente 5% deles admitem ter uma alguma tara por estas meninas e são classificados como "patológicos". O restante faz por prazer. A Ecpat acredita que não ficará de fora o “turismo sexual” de meninas e meninos no Mundial do ano que vem no Brasil, que o país terá para oferecer nada menos que 50 mil adolescentes e crianças. Virgens e não virgens. E até mais, se o mercado se organizar antes das instituições de combate a este crime. (RADIO CRICIÚMA- REPORTAGEM SOBRE A VENDA DE VIRGENS NO BRASIL, 2013).

A chegada de grandes eventos no país abre a oportunidade destes números crescerem ainda mais, caso não haja um planejamento e uma política eficaz que previna e combata tal prática criminosa que alcançou a atividade turística.

Com a realização do maior evento esportivo do mundo “Copa do Mundo da FIFA”, que será sediada no Brasil em 2014, este evento traz grandes perspectivas econômicas para o país, de acordo com os órgãos do turismo a estimativa para este evento é arrecadar 183 bilhões de reais ao PIB do País, gerar cerca de 700 mil empregos permanentes e temporários e mobilizará 33 bilhões de reais em investimentos em infraestrutura como o do setor de

⁴Jornal Criciúma publicado no dia 07 de junho de 2013.

transporte, porém os cuidados devem ser tomados no contexto social, pois este evento pode trazer praticas criminosas como a ESCA.

Com o objetivo de combater práticas de exploração sexual infantojuvenil, criou-se o Projeto Copa do Mundo de 2014 da Childhood Brasil⁵ lançado em 2012, este realizou um levantamento na esfera federal e nas doze cidades-sede do Mundial, a fim de articular medidas de proteção à criança e ao adolescente. O relatório aborda que as doze cidades-sede da Copa são regiões vulneráveis a pratica da exploração sexual, os números de denúncias nessas cidades entre 2005 a 2010 foram 6.570 denúncias⁶.

Além deste programa foram criados outros programas e ações para o combate do crime durante a Copa do Mundo de 2014 como: O estudo Matriz Intersetorial e Copa do Mundo, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que visa fazer um levantamento de denúncias nas doze cidades da Copa para estabelecer medidas de prevenção e erradicação da prática; O Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR), já está sendo desenvolvido nas cidades sedes da Copa, financiada pela Secretaria de Direitos Humanos, com o intuito de realizar diagnóstico da situação, fazer um plano operacional local, mobilização e capacitação das redes de proteção sobre o tema intervenção intersetorial e outros temas relacionados à criança e adolescência; O Plano Brasil Protege Crianças e Adolescentes visa criar uma rede de proteção para enfrentar a violência física, sexual e psicológica contra meninos e meninas, engloba ações em 400 municípios, com recorte de gênero e de raça⁷; Programa Turismo Sustentável e Infância de olho no *Trade* Turístico na Copa, desenvolvida através do MTur, uma versão do TSI para as cidades sede da Copa, que realizou oficinas com o objetivo de formar multiplicadores e um articular um discussões entre a cadeia produtiva do turismo e as redes de enfrentamento da ESCA, para a prevenção e enfrentamento da exploração sexual no contexto da Copa do Mundo; Oficinas Pró-Copa, para sensibilizar o *trade* e fazer que o setor se enxergasse como co-responsável nessa prevenção da ESCA; O Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e

⁵É uma organização brasileira e faz parte da *World Childhood Foundation (Childhood)*, instituição internacional criada em 1999 por Sua Majestade Rainha Silvia da Suécia para proteger a infância e garantir que as crianças sejam crianças.

⁶ Estudo da Matriz Intersetorial e Copa do Mundo, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), realizado a partir dos dados do Disque 100.

⁷Segundo a ministra Maria do Rosário, da SDH, apud Relatório Prevenção e Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Contexto do Mundial.

Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras, sendo articulado pelo Ministério da Justiça⁸ que envolve os profissionais da segurança pública e levantar dados sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, além de outros programas e ações das empresas privadas e sociedade civil de cada cidade sede da Copa e outras cidades serão atingidas pelo evento, na articulação de ações para o enfrentamento da ESCA durante o evento no país.

É importante ressaltar que o turismo não é a causa da exploração sexual de crianças e adolescentes, porém o contexto histórico e social do país revela a forma excludente que o país se constituiu trouxe consequências até hoje existente, tais como o desemprego, a fome, a falta de educação, a falta de saúde, dentre outros direitos fundamentais dos seres humanos, aliado a falta de planejamento turístico, estes fatores contribuem diretamente para a existência do “turismo sexual”.

A problemática do “turismo sexual” é apontada por Soares do Bem (2005), que sua existência reflete, de fato, a preexistência de problemas bem mais profundos, os quais, por sua vez, estão ancorados no coração das sociedades receptoras e emissoras de turistas.

O autor coloca também que:

Mulheres, crianças e adolescentes, provenientes dos antigos e dos novos espaços de marginalidade, já sendo vítimas de uma relação histórica de exploração pelo mercado, constituem, portanto, o principal grupo de perdedores na nova geografia do poder que se instaura com a globalização. (SOARES DO BEM, 2005, p. 37).

As vítimas da exploração sexual apresentam características semelhantes, são geralmente do gênero feminino, crianças e adolescentes de classes sociais desfavoráveis, que utilizam os equipamentos turísticos ou pontos de grande fluxo de turistas para ofertarem os serviços sexuais, a fim de sobreviver, manter um vício ou até mesmo cumprir ordens segundo ameaças de terceiros que atuam como intermediários.

O crime de exploração sexual de crianças e adolescentes tem um crescimento proporcional de acordo com o crescimento do turismo. Segundo o Ministério do Turismo⁹, a região Sudeste concentra-se o maior número de destinos turísticos seguida da região Nordeste, porém em números de destinos indutores ao “turismo sexual”, este quadro investe, sendo a região Nordeste a com maior número de destinos indutores ao “turismo sexual” e maior número de casos de exploração sexual, em seguida vem à região Sudeste. A região Norte vem na sequência apresentando o terceiro lugar com maior número de destino indutor, porém com menor número de casos de exploração sexual (TAB. 1).

⁸Realizado pela Childhood Brasil, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁹ Ministério do Turismo - Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, edição 2010.

Região	Estados	Regiões turísticas	Destinos turísticos	Destinos indutores	Casos de exploração sexual
Norte	7	35	209	11	1.955
Nordeste	9	78	840	23	7.701
Sudeste	4	98	1.200	12	5.669
Centro - Oeste	4	35	296	10	2.158
Sul	3	30	1.118	9	2.960

Tabela 1- Regiões Turísticas versus Destinos Indutores - 2010
 Fonte: Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

As vítimas contam com a infraestrutura turística para a prática do “turismo sexual”, onde a presença de agenciadores e até mesmo da ajuda de prestadores de serviços turísticos (gerentes de empreendimentos, recepcionistas, camareiras, taxistas, artesãos, etc.) contribuem para que estes crimes aconteçam nos destinos turísticos. Para Soares do Bem (2005, p. 97):

Por essa razão, o planejamento turístico contribui também, embora silenciosamente, para que o “turismo sexual” se reproduza e se utiliza ironicamente da mesma infraestrutura por ele criada. (SOARES DO BEM 2005, p. 97).

Os principais destinos do mercado do “turismo sexual” são: regiões litorâneas, regiões de fronteiras e as grandes capitais. As regiões litorâneas se destacam na rota do “turismo sexual”, onde são vendidos os chamados “pacotes tropicais”¹⁰, que consistem no sol, na praia e mulheres.

A região Nordeste é a campeã no Brasil em números de denúncias no disque 100¹¹ de violências contra crianças e adolescentes, por consequência, essa região é conhecida como rota para o “turismo sexual”, pois concentra uma grande parte do litoral do país, fazendo comparações aos pacotes tropicais, onde belas praias agregam-se aos corpos bronzeados e atraem turistas com motivações sexuais para vários destinos turísticos do Nordeste do Brasil.

Além dos pontos turísticos, o mercado do “turismo sexual” pode estabelecer pontos fixos e/ou temporários em outros lugares públicos, pontos estratégicos de grandes movimentos de turistas para a oferta do corpo em trocas monetárias, favores, presentes e outras. As rodovias servem como pontos estratégicos para a prática da prostituição, pois o movimento de pessoas é intenso e possibilita uma maior demanda o comércio sexual, sendo

¹⁰ Radio Criciúma- Reportagem sobre a venda de virgens no Brasil

¹¹Disque Direitos Humanos – Disque 100 - Módulo Criança e Adolescente. “Ranking das regiões nas denúncias recebidas pelo serviço (considerando grupos de 100 mil habitantes na região - IBGE 2010), em 2011.”

que os clientes em sua maioria encontram-se desacompanhado e distante de sua habitação, onde ver no comércio a oportunidade de prazer e diversão com o sexo comercial.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) mapeou no período de 2009 e 2010 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais do Brasil. O estudo mostra que os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes estão nas principais rodovias federais do país, a rodovia BR 316 passa pelo estado do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas, possui 51 pontos que leva à prostituição e comercialização de menores, envolvendo turistas em sua maioria caminhoneiros, motoristas ou até mesmo a comunidade residente.

A tabela abaixo aponta os dados às principais rodovias com a quantidade de pontos vulneráveis.

BR	Quant.								
116	262	393	37	10	18	452	5	495	1
101	187	262	34	376	17	408	5	469	1
364	116	267	32	104	16	308	5	467	1
153	106	304	29	20	16	365	4	451	1
163	97	324	29	406	13	235	4	432	1
277	67	407	27	60	12	412	4	428	1
316	51	222	27	369	12	367	3	424	1
40	50	285	24	135	11	110	3	272	1
386	48	282	24	343	11	319	2	374	1
230	47	476	23	392	11	356	2	259	1
232	39	405	23	70	10	156	2	383	1
381	39	174	23	470	10	472	1	377	1
158	38	427	21	226	10	293	1	447	1

Tabela 2- Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual nas rodovias, no período 2009-2010
Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2011.

O Maranhão registrou crescimento em 2012 de 4,5% no número de Exploração Sexual infantojuvenil em comparação com o ano anterior, ficando em 7º lugar na posição do ranking dos Estados com maior número de exploração¹².

A cidade de São Luís é extremamente vulnerável a este tipo de crime, pois a cidade litorânea atrai muitos turistas todos os anos, em busca de conhecer suas as praias, a arquitetura e a cultura local, porém com essa demanda há também aqueles que vêm para aproveitar da oportunidade para se satisfazerem sexualmente e até mesmo para explorarem sexualmente crianças e adolescentes.

¹² Balanço do Disque Direitos Humanos, 2012.



Figura 1 - Quantidade dos Pontos por Região
 Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2012.

A região Centro-Oeste concentra a área com maior ponto de vulnerabilidade para a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais com 398 pontos e a região com a menor quantidade de pontos é a região Sul (FIG. 1).

A Polícia Rodoviária Federal também classificou em seu estudo a característica de cada ponto separando por: Crítico, Alto Risco, Médio Risco e Baixo Risco (TAB. 3).

2011-2012					
REGIÃO	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	TOTAL DE PONTOS
CENTRO-OESTE	165	132	62	39	398
NORDESTE	195	88	65	23	371
SUDESTE	88	95	94	81	358
NORTE	134	70	49	80	333
SUL	109	95	79	33	316
TOTAL POR NÍVEL	691	480	349	256	1.776
(%) em relação ao total de pontos	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%

Tabela 3- Pontos Críticos, Alto Risco, Médio Risco e Baixo Risco de ESCA nas rodovias federais - 2012
 Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2012.

Dados de 2011 do relatório do Disque Direitos Humanos – Disque 100, módulo Crianças e Adolescentes, registrou um total de 2.937.394 atendimentos, recebeu e

encaminhou 195.932 denúncias de todo o país, cerca de 90% dos municípios brasileiros já foi atendido¹³.

Esse diagnóstico possibilitará a Polícia Rodoviária Federal (PRF) em parceria com outras instituições e redes de proteção a criança e adolescente, a criação de estratégias e ações para combater o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O quadro com o número de pontos de vulnerabilidade diagnosticado nas rodovias federais brasileiras, realizada pela PRF, pode divergir com os dados do relatório apresentados pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, devido o foco da PRF ser apenas as rodovias e o relatório da MATRIZ apresenta os dados gerais.

O relatório aponta que a região campeã em números de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes é a região nordeste, que chegou a registrar 32% das denúncias, seguida da região sudeste que apresentou 30%, a região Sul com 19%, Centro-Oeste com 11% e por ultimo a região Norte registrou 8% (GRAF. 1).

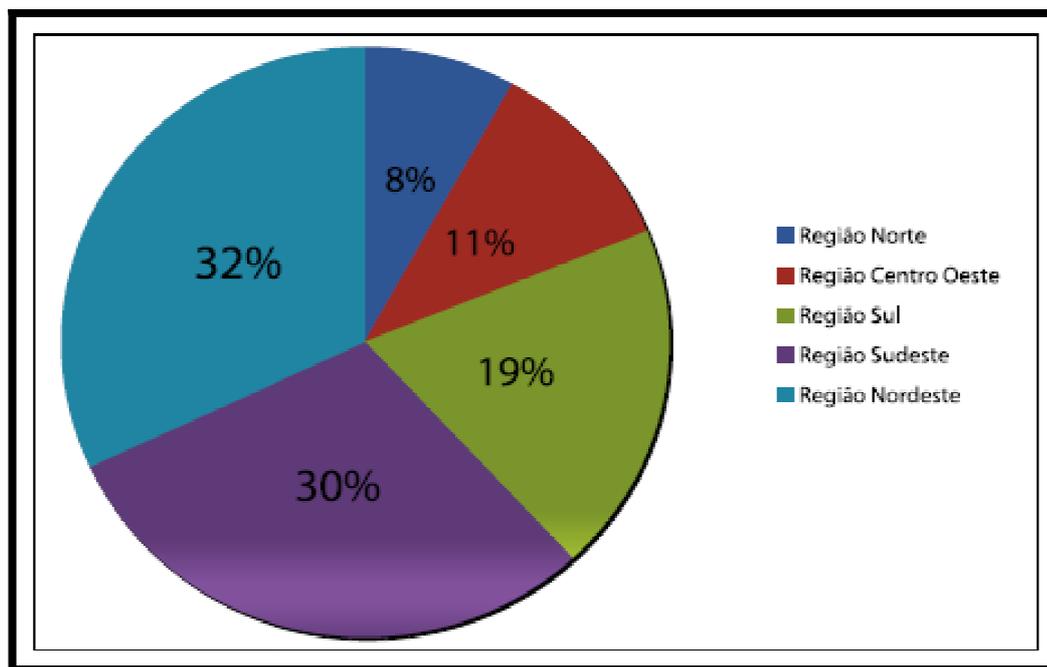


Gráfico 1 - Região com maior número de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Fonte: Matriz Intersetorial, 2011.

Estudos apontam também que a maioria dos pontos de vulnerabilidade das rodovias federais encontra-se nas zonas urbanas (TAB. 4), ou seja, o mercado sexual nas rodovias envolvendo crianças e adolescentes acontecem em vias de grande fluxo de pessoas.

¹³Dados do Relatório do Disque Direitos Humanos: Módulo Criança e Adolescente, 2011.

A pesquisa mostra que há 591 (32,5%) pontos nos perímetros rurais e 1229 (67,5%) nos perímetros urbanos, os estados que apresentaram equilíbrio entre os dois perímetros foram: Bahia, Rondônia e Sergipe e o Distrito Federal, apenas nos estados de Minas Gerais e do Amazonas estes números foram invertido, ou seja, maior número em perímetro rural e menor em perímetro urbano, essas características vão além de aspectos geografia, sendo que o aspecto econômico e social pode determinar onde esses pontos podem se estabelecer. No Maranhão foram registrados trinta pontos de exploração sexual, sendo oito pontos em perímetros rurais e vinte e dois em perímetro urbano.

ÁREA	RURAL	URBANA	TOTAL
AC	5	14	19
AL	6	26	32
AM	3	1	4
AP	2	4	6
BA	71	77	148
CE	11	33	44
DF	4	6	10
ES	17	31	48
GO	45	72	117
MA	8	22	30
MG	77	56	133
MS	41	68	109
MT	6	39	45
PA	12	57	69
PE	8	21	29
PI	17	70	87
PR	10	37	47
PE	53	115	168
RJ	10	88	98
RN	32	78	110
RO	23	26	49
RR	1	24	25
RS	43	111	154
SC	31	46	77
SE	8	10	18
SP	29	63	92
TO	18	34	52
TOTAL	591	1229	1820
% DO TOTAL	32,50%	67,50%	100%

Tabela 4 - Classificação dos Pontos (Urbano X Rural)
 Fonte: Polícia Rodoviária Federal, mapeamento 2009 /2010.

Outro caso preocupante investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁴ em 2009 e identificado pela Pastoral da Mulher, foi que o “Porto do Itaqui apresenta um grande fluxo de saídas de mulheres e adolescentes de outras localidades do Nordeste para a Holanda e Guiana Francesa”.

¹⁴ Artigo da Revista Portal da Ciência – UFMA, 2010. NAPOLI, Israel de. “Mais que um balanço, um convite a ação.”.

A mesma pesquisa mostra que em São Luís das sete rodovias que cortam o Estado do Maranhão, quatro reúnem atualmente dezessete rotas de âmbito intermunicipal, interestadual e internacional de crianças e adolescentes.

É importante salientar que as crianças e adolescentes não estão isentas deste mercado que se constitui dentro do segmento turístico. O “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes é uma prática ilegal e vai de encontro com o próprio turismo e se manifesta na forma problema para atividade. A exploração sexual infantojuvenil no turismo dar-se por meio do recrutamento e aliciamento de menores por uma rede de prostituição que esquematiza pacotes turísticos com serviços tradicionais do turismo (hospedagem, locação de veículos, passeios, dentre outros) e também a oferta de serviços sexuais praticados por crianças e adolescentes.

2.2 TURISMO COM MOTIVAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL

Entende-se por criança e adolescente o indivíduo que ainda não alcançou a idade adulta, ou seja, maturidades biológicas e psicológicas necessárias para tomar decisões precisas sobre determinados assuntos, sendo que estes vivem em um processo de descobertas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define no Art. 2º que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

As discussões sobre a violência sexual surgiram no Brasil no ano de 1980, com o movimento da sociedade civil e das Organizações Não Governamentais. A problemática da exploração sexual mesmo não sendo reconhecida pelo poder público como existente no país, passou a ser debatida e criada em 1993, na Câmara Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição, que resultou na investigação dos fatos em vários estados brasileiros.

Em 1996 foi realizado na Suécia, o 1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, foram debatidos temas sobre pornografia, a prostituição infantil e o tráfico de crianças, onde representantes políticos, governamentais, da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não Governamentais (ONG's), onde foi reconhecida a violência sexual como crime contra a humanidade e proposto aos países a elaboração de planos nacionais de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil.

Logo depois em 2001, foi realizado em o 2º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, foi discutida a exploração sexual em todo o

mundo, concluindo que esta acontece em diferentes contextos, nos países em desenvolvimento, quanto nos países desenvolvidos, sendo cada um com suas características. O governo brasileiro apresentou neste evento o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, no mesmo ano criou o Programa de atendimento especializado em situações de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, o Programa Sentinela.

Instalou-se em 2003 a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país, “sugeriu-se o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, magistrados, líderes religiosos, esportistas, empresários e outras autoridades”.

O 3º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, aconteceu no Rio de Janeiro em 2008, o evento tratou assuntos sobre a exploração sexual infantojuvenil nos países participantes. No mesmo ano criou-se novamente na Câmara Federal, uma CPI da Pedofilia, esta localizou redes de pornografia infantil na internet, que resultou na quebra de sigilo nos endereços eletrônicos de pessoas que possuem perfis suspeitos a pratica ou facilitadores do crime.

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) no turismo dá-se por meio de equipamentos turísticos que utilizam a atividade para agirem como intermediários de serviços sexuais envolvendo crianças e adolescentes como mercadorias.

O abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística acontecem quando um adulto se aproveita do turismo para práticas sexuais, pornografia, prostituição, trafico de pessoas, sendo as vítimas crianças e/ou adolescente.

Segundo Cordeiro (2006) abuso sexual:

Abrange todo ato, exploração, jogo, relação hétero ou homossexual, ou vitimização, de crianças e adolescentes por um adulto, por um adolescente, ou por uma criança mais velha que, pelo uso do poder, da diferença de idade, de conhecimento sobre o comportamento sexual, age visando o prazer e a gratificação própria. (CORDEIRO, 2006, p.3)

Há diferenças entre o abuso e exploração sexual, pode-se entender como abuso sexual todo ato onde o agressor utiliza do corpo da vítima sem seu consentimento para se satisfazer sexualmente, pode ocorrer sem o contato físico do agressor com a vítima, ou seja, o agressor pode usar do *exibicionismo*¹⁵ ou *voyeurismo*¹⁶, diferente da exploração sexual, onde

¹⁵Exibição dos órgãos genitais, de masturbação ou de relação sexual. (Manual do Multiplicador, 2011).

¹⁶Quando o adulto tem prazer em olhar a criança ou o adolescente despidido ou se masturbando. (Manual do Multiplicador, 2011)

esta consiste em comercialização e/ou troca de atos sexuais com o consentimento da vítima, mesmo esta sendo enganada, induzida e forçada a praticar o sexo comercial.

A exploração sexual é definida como:

[...] aquela motivada exclusivamente pela oferta do sexo mediante algum tipo de pagamento. Este pagamento pode ser feito por meio de dinheiro, presentes ou outro tipo de vantagem. Normalmente, as vítimas do “turismo sexual” são crianças e adolescentes de baixa renda e sem formação educacional (CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO, 2008, apud SILVA, 2009, p. 31).

O Código Mundial de Ética do Turismo afirma que “A exploração dos seres humanos, sob todas as formas, nomeadamente sexual, e especialmente no caso de crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação.” (OMT, apud CARTILHA DO PROJETO DE PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES, 2010, p. 8).

Segundo Leal (LEAL, 1999, apud INDICADORES DE RISCO, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO: VÍTIMAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, p.2) a exploração sexual de crianças e adolescentes acontecem no Brasil das seguintes formas:

- i. Acontece em lugares fechados, com maior frequência em regiões onde há um mercado de extração de minérios, como nos garimpos, caracterizando-se por cárcere privado, vendas, tráfico, leilões de virgens, mutilações, desaparecimento, prostituição nas estradas e em portos marítimos.
- ii. Refere-se à exploração de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vítimas de violência doméstica.
- iii. A exploração acontece por meio do turismo e da pornografia, com maior frequência nas capitais do Nordeste e outros centros.
- iv. Manifesta-se pelo turismo portuário e de fronteiras, em regiões do Norte banhadas por rios navegáveis, e fronteiras nacionais e internacionais do Centro-Oeste.(LEAL, 1999, p.2)

Para Leitão (2011,p. 3):

Ficou evidenciado que a ESCA sempre ocorre por meio de redes criminosas (nacionais e internacionais), mais ou menos organizadas em sofisticados esquemas que incluem desde a falsificação de documentos, a realização de viagens nacionais e internacionais até a colaboração de redes de hotéis e de entretenimento. Estas redes criminosas aviltam nossos meninos e meninas, submetendo-os à lógica do capital, transformando-os em objetos descartáveis, seres tratados como mercadoria, sob forte esquema de coerção, violência, trabalho forçado, muitas vezes em regime de escravidão, em uma condenável mercantilização do corpo(LEITÃO, 2011, p. 3).

O “turismo sexual” ou exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes trata-se de crime para quem pratica, alicia e propaga a prática. A lei nº9.975, de 23 de junho

de 2000, acrescenta o artigo à Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Pondo como crime:

"Art. 244-A: Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:" (AC)* "Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa." (AC) "§ 1o Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo." (AC) "§ 2o Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento." (AC) (LEI nº9.975, de 23.06.2000)

O “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes é bastante comum em rotas do mercado do sexo em regiões turísticas, esses destinos possuem não só demanda nacional, mas também há demanda internacional para a oferta do “turismo sexual”.

Em uma pesquisa realizada em 2009 pela CHILDHOOD em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, sobre as vítimas da ESCA nas regiões brasileiras, apresentou onde é que acontece a exploração sexual, o que a vítima faz com o dinheiro e como ficou sabendo que poderia ganhar algo fazendo sexo. As tabelas abaixo apresentam os resultados da pesquisa.

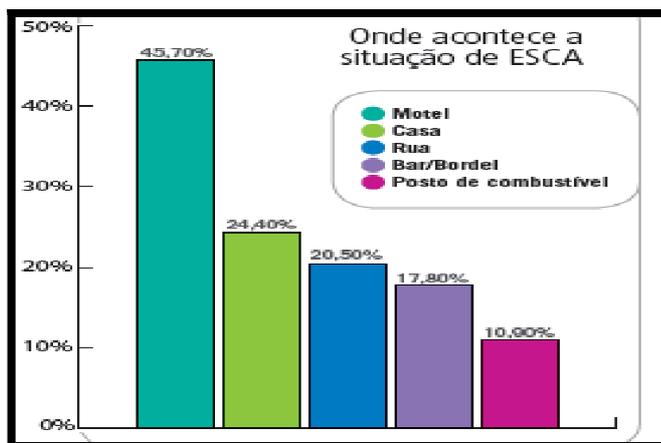


Gráfico 2 - Onde acontece a ESCA? - 2009
Fonte: Relatório da Childhood.

Os dados coletados mostram que essa exploração acontece até mesmo na sua casa e também na rua.

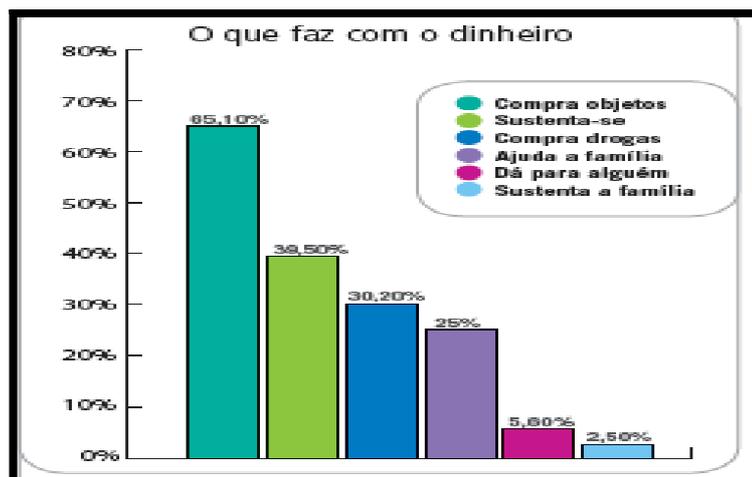


Gráfico 3 - O que faz com o dinheiro da ESCA? - 2009
Fonte: Relatório da Childhood.

Outro ponto a destacar é que algumas vítimas utilizam-se da exploração para seu sustento, comprar objetos e usar drogas (TAB. 5).

Quem	Percentual
Amigas	52,3%
"Cafetão"/Aliciador	38,6%
Mãe	2,3%
Outros	4,5%
Pai	2,3%

Tabela 4 - Como ficou sabendo que poderia ganhar dinheiro fazendo sexo?
Fonte: Relatório da Childhood.

A maioria das vítimas teve o incentivo de amigas, aliciadores e pais. Essa epidemia de exploração sexual está contaminando o Brasil, aparecendo em centenas de municípios dos mais desconhecidos aos mais conhecidos, surgindo até mesmo em grandes destinos turísticos.

Segundo o Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente (2011, p. 18), “as suspeitos (as) de violência sexual, 68% são do sexo masculino e 32% do sexo feminino, sendo tanto em números de abusos quanto de exploração sexual (GRAF. 4).

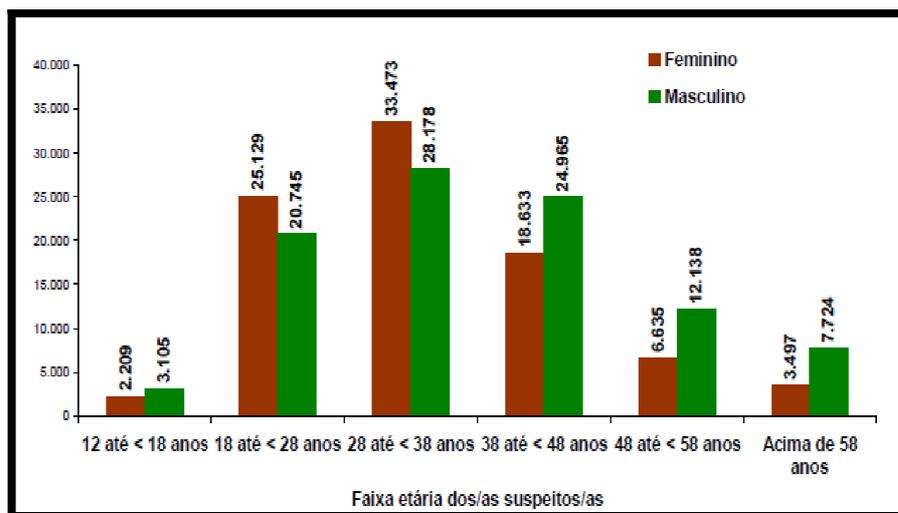


Gráfico 4 - Total por Sexo dos/das suspeitos/as por grupo etário (faixa de idade) - 2011
 Fonte: Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente, 2011.

A Constituição Federal do Brasil assegura sobre os direitos da criança e do adolescente no Art. 227 que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC nº65/2010)

O inciso quarto do mesmo artigo fala que “A Lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. Portanto é dever da sociedade em geral cuidar e respeitar os direitos de todos, inclusive das crianças e adolescentes.

Criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem a função de proteger e garantir as crianças e adolescentes de seus direitos e deveres como cidadãos.

O ECA aborda sobre a proteção integral da criança e adolescente, determinando como sujeito de direito independente de sua cor, etnia e gênero. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, Art. 3º)

O ECA divide-se em dois livros, onde o primeiro aborda sobre a proteção, direitos fundamentais, dentre outros. O segundo livro aborda a política de atendimento e órgãos competentes e atos de infrações. O Estatuto obteve alterações posteriores de acordo com a modernização da sociedade e novos conceitos a cerca do assunto, onde foram incluídas novas leis, tornando a legislação uma garantia de Direitos as crianças e adolescentes.

O ECA aborda no art. 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, Art. 3º)

Dados do Relatório Estatístico do Disque Direitos Humanos – Módulo Crianças e Adolescentes divulgado em 2011 (GRAF. 5) apontam que 80% das vítimas de exploração sexual é do sexo feminino.

Mesmo com os direitos assegurados as mulheres, adolescentes e crianças, estão vulneráveis as práticas exploratórias. O “turismo sexual” no Brasil tem como “cardápio” além das mulheres, crianças e adolescentes que sofrem ao se submeterem as experiências insuportáveis de abuso e exploração sexual devido à falta de políticas públicas de combate a esse crime.

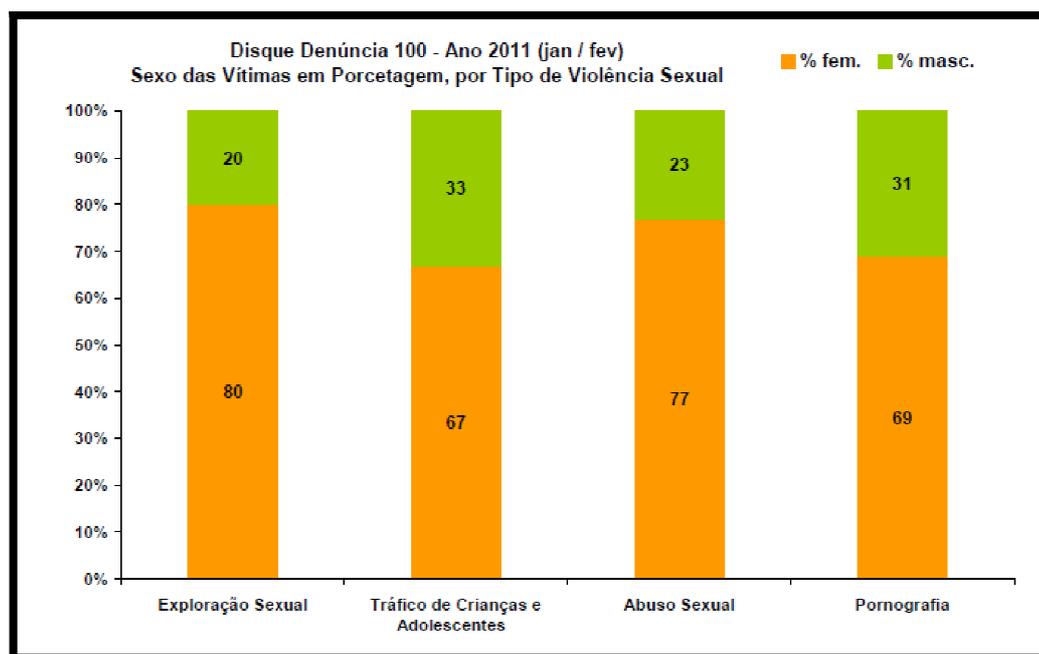


Gráfico 5-Tipo de Violência Sexual por Sexo das Vítimas – 2011
Fonte: Disque Direitos Humanos: Módulo Crianças e Adolescentes.

Cotrim afirma que “o turista escolhe o destino turístico em razão de um conjunto de fatores exóticos e autênticos, dentre os quais se inclui o sexo”. (COTRIM, 2008, p. 42).

Na prática do “turismo sexual” uma pessoa deve se dispor a viajar para um determinado lugar com o objetivo de ter relações sexuais se no destino final. Mas não é unicamente a relação sexual que estimula a viagem, como também os cenários imaginários e fantasias construídas pelas preferências físicas associadas a características temperamentais e culturais. (COTRIM, 2008, p.40).

O “turismo sexual” no Brasil se fortalece a partir das imagens dos colonizadores portugueses sobre as mulheres brasileiras que se encontravam em novas terras descobertas por portugueses. O Brasil era visto como o paraíso de beleza esplêndida, onde a mulher brasileira (a índia) tomava destaque por sua beleza física.

A carta enviada ao rei de Portugal, por Vaz de Caminha, fala sobre a graça das “vergonhas” das índias, colocando “que a muitas mulheres de nossa terra [referência a Portugal], vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela”. [...] “e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha” (PEREIRA, 2002, apud GABRIELLI, 2006, p. 78).

A partir daí construiu-se um estereótipo a respeito da mulher brasileira, como sendo esta caracterizada por sua beleza exótica e por viver em libertinagem. O paraíso encontrado em 1500, com belas índias nuas e de natureza exótica, ainda faz parte do imaginário europeu, porém esta situação ainda não se caracterizava como “turismo sexual”, apesar de portugueses da época se envolverem com as nativas.

Esta imagem estereotipada reflete principalmente nas camadas sociais desfavoráveis e se fortalece com os inúmeros casos de comércio sexual envolvendo essas pessoas, Soares do Bem (2005, p. 103) aborda em sua pesquisa que:

A mulher brasileira incorporada no imaginário como objeto de consumo é a mulata/negra, representada como “picante”, mundana, disponível, pouco emancipada, carinhosa [...]. Comumente, as mulheres brasileiras são tidas como mulatas ou negras, com corpos provocantes e dourados pelo sol, imersas em permanente transe carnal, imagens extraídas não só do imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil, mas também da própria história do colonialismo europeu. (SOARES DO BEM, 2005, p. 103).

Além da imagem da mulher brasileira ser apresentada ao mundo de forma estereotipada na colonização, devido às cartas escritas por Pero Vaz de Caminha que menciona a impressão dos portugueses sobre a vida dos povos que aqui habitavam, houve também um equívoco na realização do marketing turístico brasileiro na década de 70, pois foram usadas imagens de mulheres seminuas para divulgar o turismo no país.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) realizava a promoção turística do Brasil com a distribuição de materiais contendo imagens do exótico de mulheres seminuas e sensuais em belas praias ou em eventos como o carnaval. A partir daí, o Brasil passou a receber turistas indesejáveis e hoje combatidos pelos próprios órgãos públicos do turismo no Brasil, turistas que buscavam sexo nos destinos turísticos, sendo que essa situação levava a outros problemas como prostituição e exploração sexual infantojuvenil, pornografia, tráfico de pessoas e uso de drogas.

A promoção do turismo no Brasil contribuiu significativamente para colocá-lo na rota mundial do “turismo sexual”. Os famosos três S’s do turismo, sun, sand and sex (sol, areia e sexo) que surgiram na década de 60, fizeram parte da promoção do turismo no Brasil. A imagem de mulheres seminuas eram publicadas em materiais para a divulgação do turismo no país, esta imagem era passada tanto pelo setor privado, quanto pelo setor público. Daí surgiu-se a demanda para o “turismo sexual” no Brasil, tornando-se o destino turístico em mercado de sexo.

As crianças e adolescentes não ficaram de fora deste comércio que até hoje é ativo no Brasil, pois as crianças e as mulheres viveram muito tempo às margens da sociedade, sem condições dignas e sem direito.

De acordo com Soares do Bem (2005):

Somente a partir da década de 1990 é que se pode identificar uma mudança estratégica dos países receptores, que alteram seu modus operandi nos países emissores, com um marketing que procura evitar a característica associação do turismo à figura das belas mulheres. (SOARES DO BEM, 2005, p. 38).

Então, com a chegada de novas políticas que discutiam as questões de igualdade entre homens, mulheres e crianças que este quadro de desigualdade foi alterado, as mulheres e crianças puderam reivindicar seus direitos e combater as violências por elas enfrentadas. A imagem de apelo sexual ou de desvalorização da pessoa humana passou a ser proibida por parte dos órgãos ligados ao turismo, uma vez que essa imagem é bastante buscada no meio eletrônico por falsos prestadores de serviços turísticos, camuflando o serviço do “turismo sexual” no destino.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) coloca que:

Deverão ter o cuidado de divulgar indicações precisas e fiéis aos consumidores dos serviços turísticos. Com esse objetivo, desenvolverão e empregarão novas tecnologias de comunicação e comércio eletrônico que, igual a imprensa e os demais meios de comunicação não facilitarão de modo algum o “turismo sexual” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 1999, apud COTRIM, 2008, p. 27)

Somente no fim do século XIX pode-se identificar uma mudança na estratégia dos países receptores, ao mudarem a forma de atuação e venda dos destinos turísticos nacionais evitando a vinculação dos mesmos com a figura de mulheres em trajes e posições sugestivas (SOARES DO BEM, 2005, apud, COTRIM, 2008, p. 37).

Hoje os destinos turísticos apresentam medidas de proteção à infância e adolescência através da articulação entre o governo federal, com os estados e municípios, bem como ações desenvolvidas pelo terceiro setor, porém a atuação turística tem um papel fundamental para evitar este crime.

Ressalta-se a existência do Programa Turismo Sustentável e Infância em São Luís, sendo que este desenvolve ações de combate ao “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes, o mesmo realizou na cidade um seminário de sensibilização e vem realizando as campanhas de combate ao crime.

As ações desenvolvidas pelos programas de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes têm crescido no país e também em São Luís, fato este ocasiona o aumento do número das denúncias por meio do “Disque 100”. O Disque 100 é um canal de denúncia nacional que liga a vítima ou a testemunha desta violência junto com a ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos, onde esta encaminha para as autoridades competentes, este canal permite o anonimato da pessoa, tal maneira possibilita maior segurança e também conforto para o denunciante, visto que muitas vítimas sofrem ameaças ou sentem vergonha de falar sobre a exploração para outras pessoas. O Disque 100 é muito visado nas campanhas impressas e televisivas dos programas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo este usado também pelo Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI).

As campanhas do TSI vêm alcançando vários setores da economia como também várias pessoas (turistas e autóctones) sensibilizando e informando a respeito do crime e a importância da denúncia através do Disque 100. As campanhas também têm o papel de integrar os agentes da cadeia produtiva do turismo para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes, fazendo com que os mesmos criem medidas de combate nos estabelecimentos e divulguem as campanhas, tornando-se multiplicadores do Programa TSI.

3 TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), foi criado em 2004 durante o “Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável” na Bahia, realizado por iniciativa do Governo Federal, o programa tem como objetivo “a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, e como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança”¹⁷.

O Programa Turismo Sustentável & Infância tem como objetivo principal sensibilizar, mobilizar e qualificar a cadeia produtiva do turismo para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. (Tenório e Barbosa, 2008, p. 248)

¹⁷ Ministério do Turismo - Mtur

Com objetivo de fortalecer o programa foi criada a Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância (CT-TSI), para estabelecer estratégias e diretrizes do programa Turismo Sustentável e Infância, além de organizar em ambiente junto com diversos segmentos sociais (governo e sociedade civil) para a prática do turismo sustentável.

Prevenir e evitar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por meio das diretrizes do programa Turismo Sustentável e Infância nas práticas e ações do setor turístico, além de instituir-se em espaço colaborativo dos diversos segmentos sociais interessados na expansão do turismo sustentável. (Ministério do Turismo, 2010, p.50)

O programa surgiu com a campanha nacional de combate à exploração sexual de crianças e Adolescentes no Turismo nomeado de “Brasil, quem ama protege”. A fim de prevenir e combater o crime nas atividades turísticas através da campanha de sensibilização e informação.

Dentre as ações e estratégias do TSI, destacam-se o desenvolvimento de campanhas publicitárias, a realização dos seminários de sensibilização, a capacitação de multiplicadores e o apoio a projetos de inclusão social. (Ministério do Turismo, 2010, p. 50).

Atualmente o programa tem como parceiros os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Turismo (CNT); Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo; Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância; Empresas representativas do setor turístico; Universidades e sociedade civil, onde desenvolvem quatro eixos de ações: Projetos Inclusão Social com Capacitação Profissional, Projetos de Formação de Multiplicadores, Seminários de Sensibilização e Campanhas (Todos os anos, o TSI promove campanhas de incentivo às denúncias dos casos de exploração sexual).

O Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional, lançado em 2007 pelo Ministério do Turismo parte do Programa Turismo Sustentável e Infância, visa capacitar, formar e encaminhar ao mercado de trabalho, jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. Os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina, já formaram 1760 jovens e adolescentes com idade entre 16 e 26 anos para o mercado de trabalho. Segundo o relatório da Matriz Intersetorial, já estão em fase de implantação de novas turmas em Goiás, Pernambuco, Maranhão e Espírito Santo, estimando mais 1.120 jovens. Os cursos oferecidos são voltados para a área do turismo e escolhido de acordo com a necessidade do local, ou seja, é definido com base em consultas feitas com as empresas do setor, para saber a demanda de profissionais qualificados para diversas áreas, é realizado também parcerias com instituições de ensino, empresas e demais órgãos de acordo com a necessidade de cada estado.

O estado do Ceará foi o primeiro a receber o Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional, foram formados trezentos e sessenta alunos na cidade de Fortaleza, nos cursos de ajudante de cozinha, assistente de produção de eventos, *cumim*, camareira, promotor de vendas para *hotelariae* recepcionista dos meios de hospedagem, o projeto contou com o apoio da “Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), Federação do Comércio do Estado do Ceará e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além da participação de várias instituições como: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS), Fundação da Criança e da Família Cidadã – Funci, Coordenadoria da Juventude, Associação das Prostitutas do Ceará – Aproce, Comunidade em Movimento, Renascer da Esperança, Instituição de Orientação as DST/HIV/AIDS”¹⁸.

O projeto de Inclusão Social com Capacitação Profissional de São Paulo foi executado nos municípios de Guarujá, Santos e São Vicente, onde contaram com as parcerias do Ministério do Turismo, com a ONG “Projeto Atelier e Galeria Meninos da Enseada”, a colaboração do SENAC, prefeituras, hotéis, restaurantes e sindicatos. O projeto certificou cento e vinte jovens nos cursos de Capacitação em Excelência na Recepção Hoteleira e Capacitação para Monitores de Turismo Receptivo, no município de Guarujá; Capacitação na Arte de Bem Servir e Capacitação em Excelência na Recepção Hoteleira, em Santos; Capacitação na Arte de Bem Servir e Capacitação para Garçom e Garçonete Relato de Experiência, na cidade de São Vicente.

No estado de Pernambuco, o projeto atingiu os municípios de: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Olinda e Ipojuca, com a formação de 193, sendo que com termino do curso foram sessenta e oito (68) jovens inseridos imediatamente no mercado de trabalho, o projeto foi articulado com o Governo do Estado, o Ministério do Turismo e a Childhood Brasil, com o apoio dos Conselhos de Direitos, Governo Estadual e Municipal e organizações não governamentais. Os cursos oferecidos foram: auxiliar de cozinha, bartender, atendente de lanchonetes, cumins de bares e restaurantes (Recife); auxiliar de cozinha, bartender, atendente de lanchonetes (Olinda); camareira e bartender (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

No Estado da Paraíba, foram capacitados 150 jovens, nos cursos de Garçom/Garçonete Básico, Camareira, Auxiliar de Cozinha e Mensageiro, nas cidades de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Conde e Santa Rita. O projeto foi realizado pelo Ministério do Turismo com o apoio Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH Nacional e com

18 Relatório de Experiência do Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional -Ceará .Ministério do Turismo, 2008.

a gestão da empresa POOL Consultoria Empresarial Ltda., além da participação de secretarias, sindicatos e ONG's.

Em Santa Catarina os cursos realizados na cidade de Florianópolis e certificou jovens nos cursos de: espanhol, gastronomia, gestão hoteleira e informática.

O outro eixo do Programa TSI, é o Projeto de Formação de Multiplicadores, este foi lançado em parceria com a Universidade de Brasília em uma proposta primeiramente desenvolvida em Pernambuco com a Secretaria de Turismo de Pernambuco, logo depois partiu para os demais estados do Brasil. Este projeto visa difundir a temática de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, além de criar um manual com todas as informações sobre a temática, com o objetivo formar multiplicadores no país. Segundo o Ministério do Turismo (2013, p. 72) “o ‘Cursos de Formação de Multiplicadores’, permite conscientizar e mobilizar atores sociais na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo”.

O atual convênio é o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, que visa a formação de agentes multiplicadores capacitados para identificar e contribuir para a prevenção dos casos de violência e para articular ações de prevenção entre o poder público, a sociedade civil e a cadeia produtiva do turismo. O TSI é responsável pela formação de 698 agentes locais na temática, em 26 estados e Distrito Federal. Foram disponibilizados R\$ 120 mil para cada estado. Também está sendo desenvolvido, no âmbito do projeto, um plano de ação nas 12 cidades-sede da Copa de 2014 e João Pessoa. Foi lançada a campanha nacional “Um gol pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”, dia 9 de dezembro de 2010, em todas as cidades sedes e também nas redes sociais, facebook, Orkut, youtube e flicker. (Relatório da MATRIZ INTERSETORIAL)

Os multiplicadores possuem o dever de serem educadores e promotores de conhecimentos, pois irá compartilhar as informações adquiridas e sensibilizar outras pessoas, ou seja, ele é um agente de cidadania que visa um objetivo comum de erradicar a exploração de crianças e adolescentes no turismo. O multiplicador do Turismo Sustentável e Infância pode ser o professor, o agente de viagem, o secretário de governo, o policial, o psicólogo, dentre outros, portanto é usada uma metodologia pedagógica do alcance de todos.

O multiplicador deve estar disposto a promover processos de aprendizagem, a partir de um conteúdo ou processo específico. No caso da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo, esse agente da cidadania deverá entrar em contato com diversos sujeitos e atores sociais: empresários do turismo, comerciantes, agentes públicos, jornalistas, políticos, famílias, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros. Um bom referencial para trabalhar com esses diversos grupos, durante um processo de multiplicação, é o emprego de uma abordagem pedagógica que tenha como referência a educação popular. (Manual do Multiplicador, 2013, p. 73)

O manual do multiplicador sugere aos multiplicadores formarem grupos para discutirem a temática de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e a partir daí

criar de forma participativa um plano de ação para planejar o desenvolvimento de objetivos e atividades a serem realizadas.

Contudo, o plano de ação das redes de multiplicadores deve ser monitorado e avaliado para saber se as atividades propostas estão sendo desenvolvidas com eficiência.

Do início do Projeto até 2010 foram aproximadamente seiscentos e noventa e oito (698) agentes locais formados em vinte e seis (26) estados e Distrito Federal, com sessenta e dois (62) convênios aprovados.

“A Secretaria de Turismo de Pernambuco, prevê a formação de 140 multiplicadores, que disseminarão o conhecimento na temática todos os estados do país e no Distrito Federal. Também estão sendo desenvolvido, no âmbito do projeto, um plano de ação nas doze (12) cidades-sede da Copa de 2014 e uma campanha nacional.”(ADELINO NETO - COORDENADOR GERAL TSI / Mtur).

A cidade de São Luís, ainda não foi contemplada com o projeto de Formação de Multiplicadores, a cidade trabalhou apenas com as campanhas do TSI e com os seminários de sensibilização.

Os Seminários de sensibilização começaram a ser realizados em 2006, em parceria com a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (FBC&VB), a Universidade de Brasília (UnB), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outras organizações integrantes da Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância (CT-TSI).

Todos os estados brasileiros receberam recursos para a realização dos seminários, no total, 178 seminários já foram realizados com mais de 100 mil pessoas que trabalham com turismo participaram do evento segundo o relatório da MATRIZ INTERSETORIAL¹⁹.

Em São Luís este evento aconteceu em 2012, dentro do I Encontro de Turismo do Maranhão, que reuniu centenas de pessoas, de organizações governamentais, sociedade civil, ONG's, empresas e universidades. O evento contou com a presença do Coordenador Geral do Programa, o Dr. Adelino Neto.

Já as Campanhas do TSI, são realizadas todos os anos em datas estratégicas pela Secretaria Estadual de Turismo (SETUR - MA), a mesma visa a promover e incentivar às denúncias dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo por meio do disque 100, geralmente são divulgadas nos grandes eventos que acontecem no país como: carnaval, festas de juninas, em épocas de grandes fluxos de turistas, como também em eventos

¹⁹MATRIZ INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ferramenta estratégica de gestão pública, que possibilita dar visibilidade quanti-qualitativa à exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentado na base de dados do Disque 100, e ao seu enfrentamento em âmbito federal, estadual e municipal, por meio das ações e programas de promoção, proteção e controle, viabilizadas pela Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual.

comemorativos, tais como o dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio²⁰), dia Mundial do Turismo (27 de setembro) e também em dias comuns.

O Ministério do Turismo utiliza as campanhas de formas estratégicas, com objetivo de transmissão de uma mensagem para um determinado público “algumas peças e materiais de campanha podem ser destinados à conscientização dos turistas; outros podem ser destinados ao trade turístico e outros ainda para a população em geral”.

Todos os estados brasileiros foram atingidos pelas campanhas publicitárias do Turismo Sustentável e Infância, somando cerca de quatro milhões de peças publicitárias em português, inglês e espanhol, distribuídas para o incentivo a denúncia no Disque 100. Os materiais são distribuídos nos equipamentos turísticos, organizações públicas e ONG's que trabalham com a temática, turistas e sociedade civil. Em São Luís, são utilizados as campanhas nacionais lançadas pelo Ministério do Turismo e também pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, essas campanhas são realizadas todos os anos por meio da Secretaria Estadual de Turismo.

O Programa Turismo Sustentável e Infância através dos eixos, segmenta as ações para um melhor aproveitamento dos projetos e ações. O programa ainda não alcançou todo o país com os quatro eixos, porém vem articulando medidas para atender todo o território nacional com medidas de combate a exploração sexual infantojuvenil na atividade turística, agindo primeiramente nos destinos que possuem indicadores altos de exploração sexual infantojuvenil.

São desenvolvidos na cidade de São Luís apenas dois projetos do Programa TSI, sendo as Campanhas publicitárias e realizou-se também um Seminário de Sensibilização.

3.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA EM SÃO LUÍS

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) chegou ao Maranhão primeiramente na cidade de São Luís, através das ações da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), esta passou a desenvolver campanhas para o combate do crime de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, motivados pelo programa apresentado em dezembro de 2004 no Fórum Mundial de Turismo.

²⁰Instituído o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual (18 de maio), pela Lei nº 9970/2000.

Logo após o fórum, a SETUR passou desenvolver ações a fim de combater o crime de exploração sexual infantojuvenil dentro da atividade turística na cidade. Em 2010, a SETUR firmou parceria com o Centro de Defesa Padre Marcos Passerini (CDMP), onde desenvolveram atividades para o combate do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em São Luís. O Centro de Defesa entrou com um Projeto intitulado “No Roteiro da Proteção: enfrentamento da Exploração Sexual em São Luís”, este projeto tinha recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Juventude de São Luís, o projeto tinha como foco a inserção dos segmentos do turismo na rede de proteção, além da capacitação dos mesmos e da elaboração do Código de Conduta do Turismo para a Região Nordeste (sendo que este não foi desenvolvido).

O CDMP e a SETUR produziram materiais próprios para a promoção das campanhas de enfrentamento e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, foram confeccionadas: ventarolas, fitas de pulso, camisas (sendo distribuídos no carnaval de 2010), convites (para empreendimentos turísticos para participação de seminários), marca paginas, cartazes e porta documento com a marca da campanha (distribuída no posto da PRF).

As campanhas promocionais da SETUR possuíam a marca do Programa TSI, tendo as animações de Casarões (representação o patrimônio material), as Pessoas e o Boi (representando o patrimônio cultural), além da figura do explorador na cadeia, com o slogan “O melhor do Turismo: Boas lembranças e Novos Amigos”(FIG. 3).



Figura 2 - Campanha - “O melhor do Turismo: Boas lembranças e Novos Amigos.”
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo.

As marcas destas campanhas até hoje prevalecem, pois é lembrada e divulgada em alguns sites de instituições, como é o caso do São Luís Convention & Visitors Bureau, que trabalhou na divulgação da campanha e até hoje prevalece com ação.

A Secretaria promoveu blitz (na Avenida Litorânea, no Posto da PRF e no Centro Histórico), caminhada (com os jovens dos programas Informantes Anfitrião²¹), conversas e mobilização junto ao trade para o enfrentamento da ESCA.

A SETUR também promoveu seminários de sensibilização e oficinas junto ao trade turístico e órgãos que trabalham na área (meios de hospedagem, bares, restaurantes, agências, delegacias, técnicos da SETUR), com o objetivo principal de fazer uma corrente de combate ao crime.

Atualmente a Secretaria Municipal de Turismo trabalha o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Comitê de Monitoramento, que se constitui em uma estratégia do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de São Luís – MA. “O Comitê se constitui um espaço de articulação entre as organizações que atuam na garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.” (Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de São Luís – MA, 2009)

O comitê reúne organizações governamentais e não governamentais, atuando na prevenção da violência, análise da situação, na garantia atendimento especializados as vítimas, dentre outros.

Com a criação da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR - MA) foram articuladas parcerias entre os governos onde a Secretaria Estadual de Turismo passou a desenvolver no estado as ações previstas no Programa “Turismo Sustentável e Infância”.

As atividades do TSI são desenvolvidas através da Superintendência de Relações Institucionais e Controle (SURIC), da Secretaria Estadual de Turismo, realizando ações em vários municípios dos pólos turísticos do estado(São Luís, Lençóis Maranhense, Chapada das Mesas, Delta das Américas, Florestas dos Guarás, Lagos e Campos Floridos, Munin, Cocais, Amazônia Maranhense, Serras, Guajajaras, Timbira e Kanela), tendo vários parceiros dentre os quais, o Ministério do Turismo e as Secretarias Municipais de Turismo com “o objetivo de

²¹ Projeto da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) com jovens e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de capacitá-los como informantes dos principais pontos turísticos de São Luís com o auxílio de uma bolsa.

diminuir o índice de criminalidade voltado para as crianças e adolescentes dentro dos municípios turísticos”²².

Segundo a SETUR - MA²³, tem como “foco de atuação fomentar e estruturar os polos turísticos do Maranhão, seguindo as orientações do Ministério que busca o desenvolvimento da Gestão Descentralizada, coordenada e integrada”.

O TSI é desenvolvido no Maranhão através de campanhas de informação e sensibilização que acontecem em períodos fixos (carnaval, São João, 18 de maio, Natal) e também esporadicamente.

As estratégias utilizadas para as campanhas são: Blitz, panfletagem, spot e conversas com os agentes do trade, o público alcançado é formado pela Sociedade civil, turistas e trade turístico. A Secretaria trabalha com as campanhas nacionais, onde são distribuídos materiais nos equipamentos turísticos que possuem cadastro junto ao Cadastur ²⁴, em estabelecimentos que possuem um grande fluxo de turistas (Av. Litorânea e Centro Histórico de São Luís), nos eventos festivos promovidos pelo Estado (carnaval e São João) e nas datas de grande fluxo turístico também é distribuído no aeroporto e rodoviária.

Os materiais distribuídos são: cartazes, adesivos de carro e adesivos de peito, dentre outros (dependendo dos materiais oriundos do Governo Federal). A marca do TSI é registrada em outros materiais do governo do Maranhão, tais como as programações festivas e culturais que atraem um grande fluxo de turistas (FIG. 4).

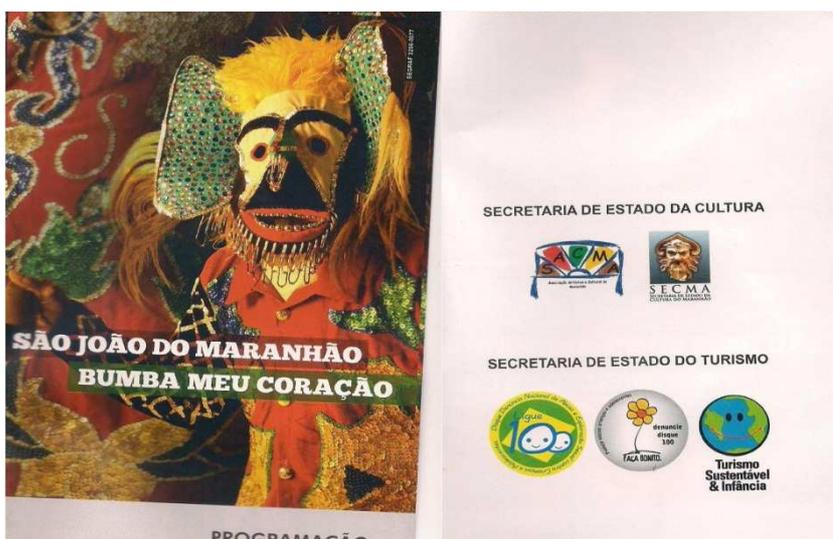


Figura 3 - Programação de São João com a marca do TSI
Fonte: Secretaria Estadual de Turismo.

²²Relatório 2011 da Secretaria Estadual de Turismo.

²³Entrevista com Thalyane (Técnica da SETUR)

²⁴Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal.

É de fundamental importância à articulação dos setores do turismo para combater o crime de ESCA no país. O Ministério do Turismo coloca em seu Manual:

É importante que o setor de turismo adira à rede de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Igualmente fundamental é que o turismo forme sua própria rede, onde os integrantes, pessoas físicas ou jurídicas, colaborem entre si, capacitando-se e assumindo a responsabilidade da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes. (MANUAL DO MULTIPLICADOR, 2013, p.18)

Segundo a Secretaria Estadual de Turismo, “o papel desempenhado pela mesma, é de sensibilizar agentes que integram a cadeia produtiva do turismo, no sentido de contribuir para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual no turismo”²⁵.

Em 2012 a Secretaria promoveu dentro do “I Encontro de Turismo do Maranhão” a palestra que abordava o Programa Turismo Sustentável e Infância, com a presença do coordenador-geral do programa, do Ministério do Turismo, Adelino Neto. O encontro reuniu prestadores de serviços turísticos, instituições de ensino, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

Dentre os quatro eixos de ações articulados no Programa TSI, a Secretaria já desenvolveu apenas dois, dentre os quais estão: Seminários de Sensibilização (palestra no I Encontro de Turismo no Maranhão e em Barreirinhas com os gestores) e Campanhas, sendo que estão sendo articuladas medidas para implantar as outras ações do programa no Maranhão.

A Secretaria Estadual de Turismo ainda não adotou nenhum método para mensurar os efeitos das ações do TSI realizadas pela Secretaria, não há dados estatísticos do número de pessoas alcançadas e de materiais distribuídos. Entre as dificuldades encontradas para desenvolver o Programa no Estado destacam-se os treinamentos, as reuniões do Ministério do Turismo para com os Estados (onde houve apenas uma participação da SETUR), para a capacitação dos agentes de desenvolvimento das campanhas e à falta de recursos visto que o Ministério disponibiliza apenas os materiais impressos e nenhum recurso financeiro para promover a campanha, sendo esta desenvolvida em parceria com o Cadastur, ou seja, em viagens das ações do Cadastur a Secretaria promove também as campanhas do TSI.

Devido às dificuldades apresentadas pela Secretaria, o TSI pode alcançar uma pequena parcela da população e da cadeia produtiva do Turismo, tornando-se desconhecida as ações do Programa pela sociedade civil e pelo próprio trade turístico.

²⁵Entrevista com a Técnica responsável pelo Programa no Maranhão.

3.2 CAMPANHAS DE COMBATE AO TURISMO COM MOTIVAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL

As Campanhas constituem-se em um dos principais elementos utilizados para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, pois alcança um grande número de pessoas com uma mensagem transmitida ao alcance de todos.

As campanhas de enfrentamento a exploração sexual são desenvolvidas por diversos setores (empresas privada, organizações não governamentais, sociedade civil e entidades públicas), com o objetivo de sensibilizar a população para um crime existente no país.

As primeiras campanhas neste âmbito foram realizadas em 1990 por iniciativa do Governo Federal através do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), sendo articulada com o objetivo combater o “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes, com o apoio de diversas organizações (governamentais e não governamentais) as campanhas “Sex Tourism Involving Children. Beware. Brazil is Watching you.” na versão em inglês foram desenvolvida no país (FIG. 5), com o objetivo de combater o “turismo sexual” que estava se constituindo no país devido as promoções errôneas realizadas na década de 70 e 80 pela EMBRATUR, que utilizava de imagens das mulheres para promover a atividade, logo depois a EMBRATUR mudou sua postura quanto a não divulgar mais imagens de mulheres em seus materiais publicitários.

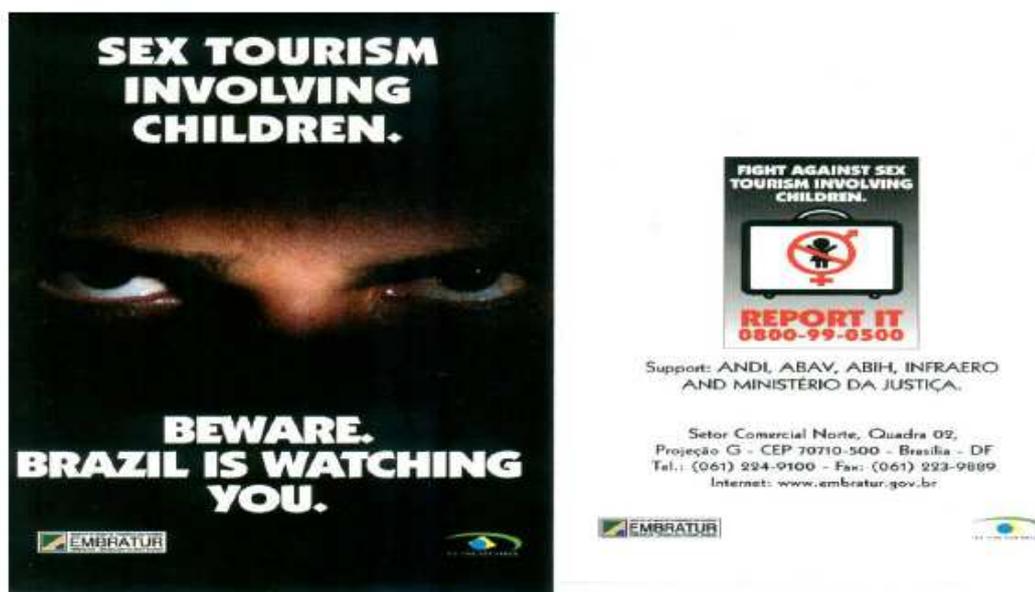


Figura 4 - Campanha “Sex Tourism Involving Children. Beware. Brazil is Watching you.”
Fonte: Ministério do Turismo.

O governo nacional começa a acenar com mudanças relativas às campanhas publicitárias. Convênios entre público e o privado promovem campanhas de conscientização e informação sobre o “turismo sexual”, e também sobre o tráfico internacional de mulheres. Entretanto, muito pouco irá adiantar se problemas básicos não forem resolvidos e a exclusão social continuar imperativa nos destinos turísticos nacionais. (GABRIELLI, 2006, p. 90)

Desde então, as campanhas publicitárias passaram a ser realizadas a fim de erradicar o turista com motivações sexuais no país e incentivar a denúncia.

Além da política de combate com informações, é importante haver uma investigação mais profunda sobre a problemática, através de pesquisas para então articular outras ações de prevenção e combate.

A campanha “Sex Tourism Involving Children. Beware. Brazil is Watching you.” foi reeditada em 1991, para combater o “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes, a mesma contou com a parceria diversos órgãos.

Logo depois da Criação do Ministério do Turismo e do Programa Turismo Sustentável e Infância, foram desenvolvidas as campanhas de combate ao crime.

Em 2004, no Fórum Mundial de Turismo, foi lançada a campanha nacional “Brasil. Quem ama protege”, fazendo parte das ações do TSI (FIG. 6), a campanha foi lançada pelo ex-presidente Lula, com o objetivo de sensibilizar os cidadãos para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos ou por meio deste.



Figura 5 - Campanha “Brasil. Quem ama protege”
Fonte: Ministério do Turismo.

A campanha “Brasil. Quem ama protege” foi reeditada em 2005, o governo propôs realizá-la de forma regionalizada, ou seja, por regiões, pois possibilitaria a entrada de novos parceiros e também abriria a possibilidade de haver discussões com os setores que

integram a cadeia produtiva do turismo, a sociedade civil, as organizações não governamentais e o governo, para fazer um levantamento das ações para serem realizadas para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo o Ministério do Turismo:

Foram realizadas visitas e implementadas ações em Belém, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre e Rio de Janeiro. As companhias aéreas – TAM, GOL e Varig – também aderiram ao movimento, mediante divulgação gratuita de mensagens durante os voos, em janeiro e fevereiro de 2005. (Ministério do Turismo, 2010, p. 64)

As campanhas tinham os mesmos objetivos da primeira, porém seria aplicada mais segmentada, possibilitando uma maior proximidade do destino com a temática, sendo a mesma distribuída em pontos estratégicos, ou seja, de maior vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Em 2006 foi realizada a campanha de carnaval (FIG. 7) lançada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), a “Unidos contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Entre para Este Bloco”, a campanha ganhou muita repercussão nacional e aumentou o número de denúncias.



Figura 6 - Campanha “Unidos contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Entre para Este Bloco”
Fonte: Ministério do Turismo.

A campanha “Brasil Quem Ama Protege” (FIG. 8)que relançada pela terceira vez em 2006, com o lema “Ajude o Turismo a Lutar contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Faça a sua Parte. Conscientize. Mobilize”.



Figura 7 - Campanha “Brasil Quem Ama Protege”
Fonte: Ministério do Turismo.

Em 2007, houve o relançamento da campanha de carnaval – “Unidos contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Entre para Este Bloco”, teve o envolvimento do governo Federal, Estadual e Municipal e alcançou cerca de 50 mil pessoas diretamente.

No ano de 2008, o Ministério do Turismo junto com o Grupo de Ação Regional para Proteção de Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual no Turismo da América do Sul (Gara) ²⁶, lançou pela primeira vez a campanha unificada pelo grupo, com o lema: “Crianças e adolescentes são o maior patrimônio de toda a nação”. A imagem da campanha retrata um pano de fundo um cenário turístico eleito como patrimônio, na frente uma jovem com características brasileiras segurando o símbolo do TSI (FIG. 9).

Também em 2008, a Organização Mundial de Turismo (OMT)²⁷, lançou a campanha “Não deixe que o abuso de crianças viaje!” em nível mundial.

²⁶Grupo de Ação Regional para Proteção de Crianças e Adolescentes da Exploração Sexual no Turismo da América do Sul (Gara), criado em 2005 na I Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Turismo da América do Sul, foi firmado parceria para criação do grupo junto com os países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, com o objetivo de apoiar aos países da América do Sul para a promoção de um modelo de turismo ético e responsável.

²⁷Organização intergovernamental que discute políticas e questões relacionadas ao turismo em nível mundial.



Figura 8 - Campanha "Crianças e adolescentes são o maior patrimônio de toda a nação."
Fonte: Ministério do Turismo.

Em 2009, foi lançada a Campanha de Carnaval "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime", no ano seguinte a campanha foi relançada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), a campanha "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Denuncie! Procure o Conselho Tutelar de sua cidade ou Disque 100".



Figura 9 - Campanha de Carnaval "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime"
Fonte: Ministério do Turismo.

Essa campanha ganhou repercussão nas principais cidades onde a atração carnavalesca é destacada, a mesma foi lançada pela SEDH/PR em várias cidades do país com elevado número de denúncias de violências contra crianças e adolescentes. Foram distribuídos mais de um milhão de peças (mensagens educativas, outdoors, bonés, adesivos, bandanas, fitas de pulso e tatuagens temporárias) durante as campanhas.

É possível perceber que essas campanhas não foram lançadas apenas pelo Ministério do Turismo, porém estas são desenvolvidas dentro da atividade turística nos equipamentos do setor e também em eventos importantes tais como o carnaval. Sendo que algumas são resultados de convênios e parcerias entre o MTur e o GARA, assim como com a SEDH/PR.

Em São Luís, essas campanhas são desenvolvidas através da Secretaria Estadual de Turismo, por meio de repasse de materiais oriundos do Ministério do Turismo e da Secretaria de Direitos Humanos, fazendo parte das ações do Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI).

A campanha “Um gol pelos direitos de crianças e adolescentes” foi lançada em 2010 com continuação em 2011 (FIG. 11), com o objetivo de promover o combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas cidades-sede e em João Pessoa, a campanha foi desenvolvida em parceria com o Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília (CET/UnB). Além da adesão de mais de 100 parceiros. O dia 09 de dezembro de 2010 aconteceu simultaneamente ações em todas as cidades participantes da campanha.



Figura 10 - Campanha “Um gol pelos direitos de crianças e adolescentes”
Fonte: Ministério do Turismo.

Em 2012 o Ministério do Turismo convocou empresas e órgãos oficiais para o apoio da “Liga da Proteção”, esta Liga é organizada anualmente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A Campanha de Mobilização Nacional pelo Combate à Exploração Sexual a Crianças e Adolescentes, foi realizada durante o carnaval de 2012, com o slogan Liga da Proteção – Proteja Nossas Crianças e Adolescentes (FIG. 12), contou com a participação de 19 Estados e a divulgação da campanha na internet.



Figura 11 - Campanha da Liga da Proteção
Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

No ano de 2013 o Governo Federal lançou a Campanha “Proteja – não desvie o olhar”, os materiais das campanhas foram enviados para as secretarias estaduais e municipais, aproximadamente cem mil banners, cartazes e adesivos já foram enviados para atender a campanha (FIG. 13).



Figura 12 -Campanha “Proteja – não desvie o olhar”
Fonte: Ministério do Turismo.

As campanhas constituem-se em uma importante ferramenta utilizada pelo governo para sensibilizar e informar a população residente e aos turistas sobre a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes, porém a mesma deve ser articulada junto com outras medidas que colaborem com os problemas que estão atrelados a este crime.

O Brasil possui várias leis que institui direitos as crianças e adolescentes, são criadas nas três esferas governamentais. A Lei 11.577 de 22 de novembro de 2007, aborda sobre a divulgação da mensagem de exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes distinguindo formas para efetuar denúncias.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes indicando como proceder à denúncia. Art. 2º É obrigatória a afixação de letreiro, nos termos dispostos nesta Lei, nos seguintes estabelecimentos:

- I – hotéis, motéis, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;
- II – bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- III – casas noturnas de qualquer natureza;
- IV – clubes sociais e associações recreativas ou desportivas cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga;
- V – salões de beleza, agências de modelos, casas de massagem, saunas, academias de fisiculturismo, dança, ginástica e atividades físicas correlatas;
- VI – outros estabelecimentos comerciais que, mesmo sem fins lucrativos, ofereçam serviços, mediante pagamento, voltados ao mercado ou ao culto da estética pessoal;
- VII – postos de gasolina e demais locais de acesso público que se localizem junto às rodovias.

§ 1º O letreiro de que trata o caput deste artigo deverá:

- I – ser afixado em local que permita sua observação desimpedida pelos usuários do respectivo estabelecimento;
- II – conter versões idênticas aos dizeres nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola;

III – informar os números telefônicos por meio dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca das práticas consideradas crimes pela legislação brasileira;

IV- estar apresentado com caracteres de tamanho que permita a leitura à distância.

§ 2º O texto contido no letreiro será **EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES: DENUNCIE JÁ!**. (Lei 11.577, 2007)

O inciso 3º aborda que o poder público, poderá fornecer os materiais para divulgação das informações.

A cidade de São Luís há a Lei 4.388/ 2004 e 4.543/2005 estas estabelecem a afixação de placa ou cartaz nos estabelecimentos: casas noturnas, bares, hotéis e similares, com a advertência sobre proibição de exploração sexual de criança e adolescente.

A maioria dos estabelecimentos turísticos de São Luís possuios cartazes do Ministério Público (FIG. 14), são bares, restaurantes, hotéis e também é possível observar estes materiais em postos de combustíveis. Este material é divulgado devido à lei que estabelece a fixação do mesmo.



Figura 13 - Campanha do Ministério Público
Fonte: Ministério Público.

Assim como as instituições públicas fornecem materiais promocionais contendo as informações previstas nas leis 11.577/ 2007, 4.388/ 2004 e 4.543/2005, há também a contribuição dos Sindicatos desses estabelecimentos, tais como a do SindHORBS- Ma²⁸, este elaborou um material para propagar a informação.

²⁸Sindicato de Hotéis Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Maranhão.

O sindicato confeccionou uma placa contendo a seguinte frase: “Exploração Sexual de Infantil é Crime” (FIG. 15), tendo também a frase na língua inglesa e espanhola. A placa também colocar o Artigo 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como informa os números para denúncias.

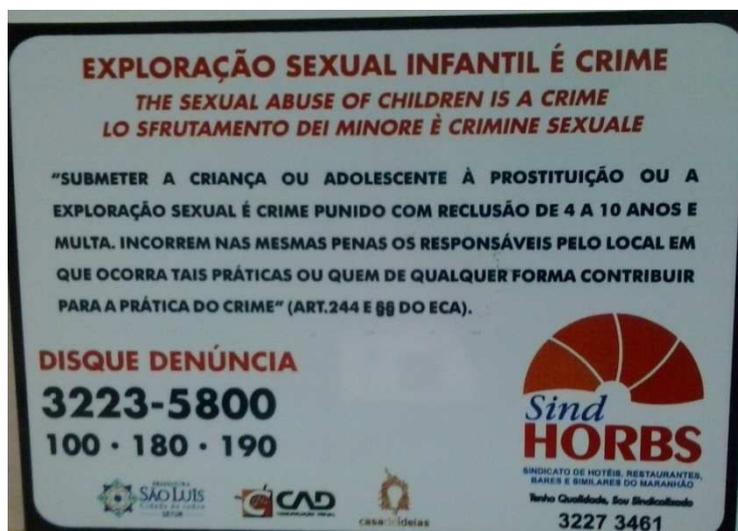


Figura 14 - Campanha do SindHORBS
Fonte: O próprio autor.

No cenário de crescimento da atividade turística, é de fundamental importância o planejamento da atividade na perspectiva da sustentabilidade, da responsabilidade social corporativa e também dos direitos humanos, em especial das crianças e do adolescente.

A proposta do MTur em desenvolver campanhas educativas sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, se fortalece com as leis municipais que propõem a fixação de placas informativas sobre denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos e outros estabelecimentos da cidade de São Luís.

As campanhas se constituem em uma importante ferramenta para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes, pois a mesma possibilita o alcance de uma grande quantidade de pessoas de uma só vez, que captará a ideia central desta e poderá se intimidar com esta ou até mesmo denunciar possíveis casos de ESCA no turismo.

Uma ação extremamente relevante para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo é o desenvolvimento de campanhas. A primeira ideia que vem à mente quando falamos em campanha é a de uma campanha publicitária, com cartazes, banners ou programas televisivos. Contudo, uma campanha também pode se constituir como uma grande articulação de atores sociais que somam esforços para a consecução de um objetivo comum. (MANUAL DO MULTIPLICADOR, 2013, p. 99)

As campanhas do TSI é a ação mais desenvolvida dentre as quatro ações do eixo do programa, a mesma se fortalece em épocas de grande fluxo de turista para coibir as práticas criminosas da ESCA praticado por alguns.

Entretanto, verifica-se que essas ações ainda não estão deixando muito a desejar, onde as informações sobre o programa não chegam até os equipamentos turísticos e também na sociedade civil, como também há uma falta de interesse da parte desses para a prática da responsabilidade social corporativa em ações de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4 CAMPANHAS DE COMBATE AO “TURISMO SEXUAL” EM SÃO LUÍS - MA: análise de resultados

As campanhas do Programa Turismo Sustentável e Infância é realizadas atualmente pela Secretaria Estadual de Turismo em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Turismo. Aonde vem trabalhando com o TSI desde sua criação em 2007, realizando as campanhas nacionais todos os anos e também materiais próprios com a marca do TSI.

Os materiais são distribuídos em datas fixas no ano e também em datas esporádicas. Como datas fixas têm-se o Carnaval, o dia 18 de maio, São João e Natal, sendo estas datas de festas culturais de maior risco para a exploração sexual, maior fluxo de turistas e também o dia 18 de maio sendo de mobilização nacional pela luta contra a exploração sexual infantojuvenil. Estes materiais são distribuídos através de Blitz, panfletagem, conversas com os agentes do *trade* também são criados *spot*²⁹ para ser reproduzidos em festas e eventos de grande fluxo de pessoas. Os públicos-alvo das campanhas são: turistas, sociedade civil e o *trade* turístico.

A metodologia adotada pela Secretaria para a distribuição de materiais foi por meio de realização de blitz, *spot*, em festas culturais, conversas e entrega de materiais em estabelecimentos de alimentos e bebidas da Avenida Litorânea, no do Centro Histórico de São Luís e nos estabelecimentos turísticos que possuem cadastro no Cadastur, visto que é desenvolvida uma ação conjunta com o Cadastur devido a falta de recursos financeiros para a realização das campanhas do TSI³⁰. Além da falta de recursos financeiros da SETUR para

²⁹É um fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista.

³⁰Segundo a Entrevista realizada na Secretaria Estadual de Turismo.

realizar as campanhas do TSI, a mesma não possui nenhuma ferramenta para mensurar o número de materiais distribuídos e o efeito dessas campanhas.

Neste estudo, foram analisadas as entrevistas realizadas na Secretaria Estadual de Turismo e com os três órgãos que apoiam ou apoiaram o Programa sendo estes: Centro de Defesa Padre Marcos Passerini, São Luís Convention Visitors Bureaux e SindHORBS. Foram realizados questionários com as empresas do *trade* turísticos que possuem cadastro no Cadastur e outras seguindo as orientações traçadas pela SETUR e com a sociedade civil.

4.1 ENTREVISTA COM A SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO E COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Foram realizadas dois modelos de entrevistas, ambos aberto, sendo uma entrevista para a SETUR - MA e outro modelo para as organizações. As entrevistas na Secretaria Estadual de Turismo foram respondidas por dois técnicos que trabalham com o programa (Thalyane Mendes) e que já trabalhou com o Programa (Inácio Pina). Para uma melhor compreensão do Programa, as instituições responderam perguntas sobre o TSI, todos responderam os entrevistados conheciam o Programa.

A outra questão levantada para SETUR - MA foi descrever o seu papel no Programa realizado em São Luís, onde afirmou “Sensibilizar agentes que integram a cadeia produtiva do turismo, no sentido de contribuir para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual no turismo”. Quanto os papéis das entidades parceiras seriam “ser disseminadores e fomentadores das campanhas”

O SindiHORBS respondeu manter parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, já as demais organizações responderam possuir parcerias apenas com a Secretaria Municipal de Turismo e demais órgãos, não fazendo menção de parcerias com a Secretaria Estadual de Turismo. Já na pergunta que trata sobre a participação de cursos, seminários e reuniões sobre a temática do TSI, o SindiHORBS afirmou ter participado do seminário promovido pela Secretaria Estadual de Turismo, quanto os outros órgãos responderam apenas ter realizado com a Secretaria Municipal.

Quanto à participação da Secretaria Estadual de Turismo em eventos promovidos pelo Ministério, a mesma respondeu ter participado apenas uma vez em um Seminário a nível nacional realizado em Brasília.

Outra forma de contato entre a Secretaria e o Ministério é através do relatório anual das ações realizadas do TSI. Porém a Secretaria não possui nenhuma ferramenta para mensurar os efeitos das campanhas e também não realiza acompanhamento direto com as empresas que são distribuídos os materiais. Tal forma permite o esquecimento e a falta de conhecimento das empresas para com os programas do governo, pois as campanhas devem ser realizadas constantemente para fixar à ideia de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Em relação às ações de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, todas as organizações responderam realizar. O Centro de Defesa Padre Marcos Passerini afirmou desenvolver vários projetos de proteção à criança, porém específico para a defesa da criança no turismo, este desenvolveu em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo a campanha “O melhor do Turismo: Boas lembranças e Novos Amigos” com recursos do Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescência, hoje a campanha é divulgada apenas no site da instituição e também do São Luís Convention & Visitors Bureau. Já o Convention & Visitors Bureau respondeu que apenas apoia e divulga as campanhas do TSI em seu site. O SindHORBS afirmou ter as publicações das campanhas no site e também ter uma placa própria com a mensagem de combate ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao perguntar sobre a importância das campanhas e sua eficiência, todas as organizações responderam que as campanhas são de grande importância, porém deve ser rearticulada a fim de alcançar melhor a população.

Com estas informações, nota-se que as instituições vêm trabalhando em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, porém é possível perceber a falta de parceria entre o governo estadual com o terceiro setor e também uma maior aproximação do governo federal com o estadual. Outro fator que atrapalha no desenvolvimento das campanhas é a falta de articulação entre o setor público e o setor privado, uma vez que, apenas campanhas esporadicamente não irá ter grande impacto para o estabelecimento mudar sua política e passar a ser um disseminador da campanha. No entanto, a Secretaria Estadual de Turismo como executora do programa no estado deve se articular com as demais instituições municipais, estaduais, ONG's e empresas privadas para o desenvolvimento das campanhas.

4.2 PESQUISA REALIZADA COM O TRADE TURÍSTICO

A aplicação dos questionários com o trade turístico aconteceu por meio de uma seleção de meios de hospedagem que possui cadastro no Cadastur e bares e restaurantes nos principais pontos turísticos de São Luís (Avenida Litorânea e Centro Histórico), foram realizados treze questionários com os meios de hospedagem e oito questionários com bares e restaurantes.

Esse estudo visa identificar as campanhas do TSI nos estabelecimentos turísticos e a concepção dos gestores e funcionários sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

A primeira pergunta foi sobre o conhecimento do Programa Turismo Sustentável e Infância, sendo que a maioria dos entrevistados respondeu não ter conhecimento sobre o programa, contradizendo com a ideia colocada pela Secretaria Estadual de Turismo, onde a mesma afirmou levar uma das ações do projeto.

Na pesquisa realizada com o Trade Turístico (meios de hospedagem cadastrados no Cadastur, bares e restaurantes do Centro Histórico, Avenida Litorânea e São Francisco), mostra que 36% do Trade turístico conhecem o Programa e 64% não conhecem (GRAF. 6).

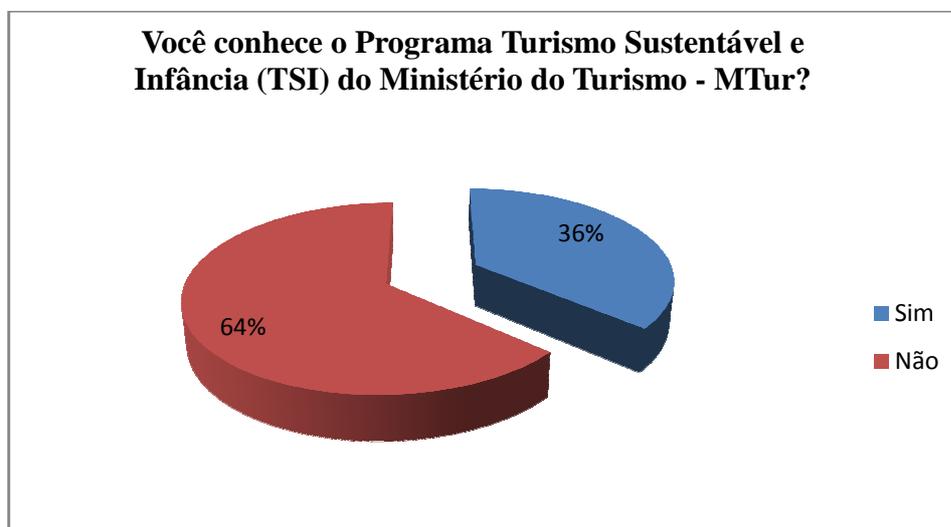


Gráfico 6 - Pesquisa com o Trade (Você conhecesse o Programa Turismo Sustentável e Infância - TSI do Ministério do Turismo - MTur) - 2013

Fonte: O próprio autor.

As informações do Programa Turismo Sustentável e Infância necessita-se de uma intensidade maior, sendo divulgado não só em épocas festivas como está sendo desenvolvida atualmente, mas é necessária a realização de atividades em diferentes pontos da cidade, bem

como massificar a mensagem de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes através de campanhas publicitárias, conversas com o trade e outras ações estratégicas como: seminários, palestras, reuniões, dentre outros. Dessa forma, na ocasião que chegar um turista com motivações de adquirir serviços sexuais com crianças e adolescentes, está cercado de informações e multiplicadores que saberão tomar as providências corretas.

Dos estabelecimentos turísticos que conhecem o Programa, apenas 23% já participaram ou participa das ações do TSI realizadas pela SETUR - MA, onde 14% não souberam responder e 63% (GRAF. 7) nunca participaram das ações do TSI.

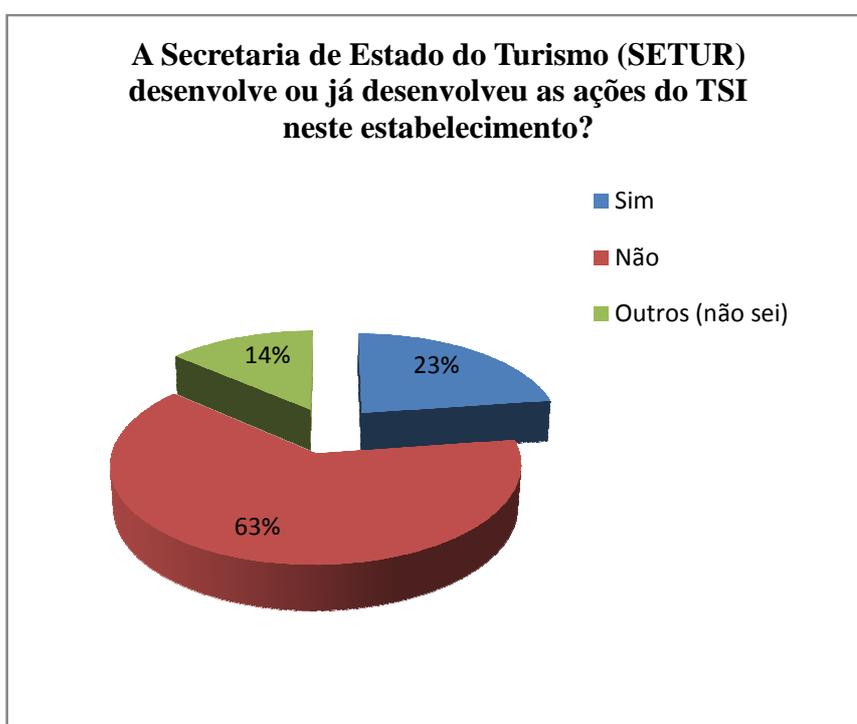


Gráfico 7 - Pesquisa com o Trade (A Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) desenvolve ou já desenvolveu as ações do TSI neste estabelecimento?) - 2013

Fonte: O próprio autor.

As ações realizadas nos estabelecimentos participantes do Programa Turismo Sustentável e Infância foram: entregas de materiais, de panfletos, cartazes, informações e palestras. As datas que essas atividades foram desenvolvidas foram nos anos de 2008, 2011, 2012 e 2013.

Quanto ao rendimento dessas ações estão classificados como satisfatório com 83% e indiferente com 17% (GRAF. 8).

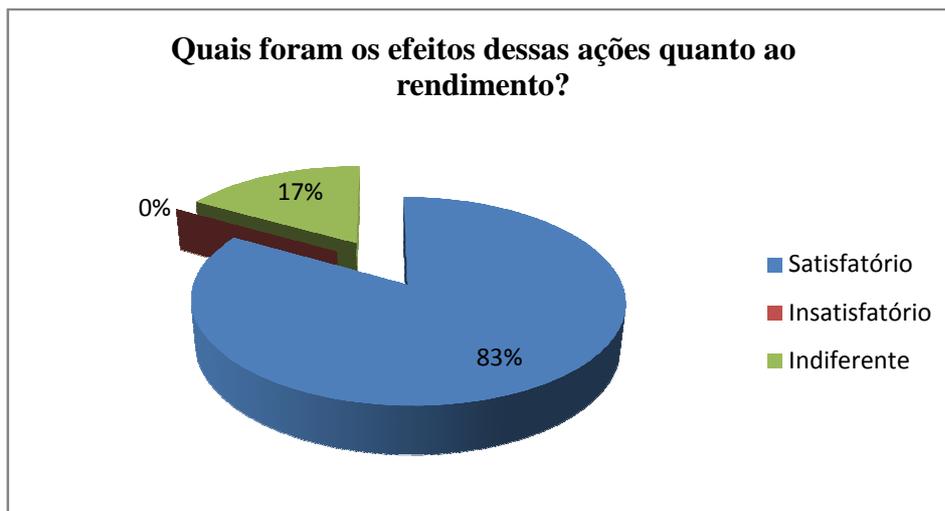


Gráfico 8 - Pesquisa com o Trade (Quais foram os efeitos dessas ações quanto ao rendimento?) - 2013
 Fonte: O próprio autor.

Nota-se que as ações do Programa Turismo Sustentável e Infância desenvolvidas atualmente pela Secretaria Estadual de Turismo, embora tenha alcançado um pequeno público, a mesma tem alcançado um resultado satisfatório para os que participaram, mostrando que as ações realizadas estão surtindo efeitos positivos, porém devem ser administrado para atingir um maior público e assim combater a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas atividades turísticas. Logo se pode identificar a ineficiência da campanha ao se referir no alcance dos empreendimentos turísticos.

Em relação aos casos de exploração sexual de crianças e adolescente, os estabelecimentos afirmaram não ter registrado nenhum caso ou índice de exploração sexual infantojuvenil, sendo que 9% (GRAF. 9) não souberam responder.

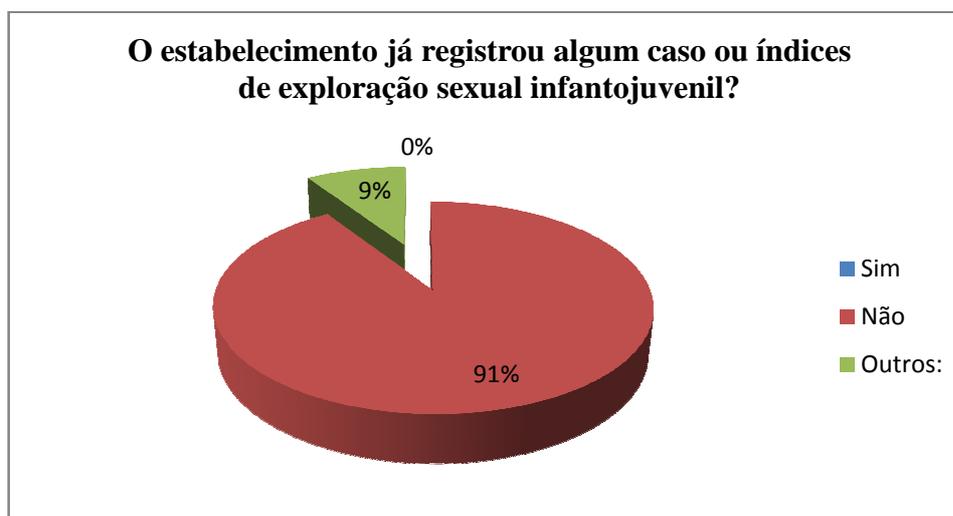


Gráfico 9 - O estabelecimento já registrou algum caso ou índices de exploração sexual infantojuvenil? - 2013
 Fonte: O próprio autor.

Pode-se levar em consideração também a idéia de que os empreendimentos negarem algum fato devido à má fama que o empreendimento terá, porém não se pode afirmar com precisão este fato.

Observa-se também a falta de interesse da maioria dos empreendimentos com a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, pois a maioria dos empreendimentos não participa e não realiza curso, treinamento, reuniões sobre a problemática da exploração sexual infantojuvenil nos estabelecimentos turísticos (GRAF. 10).

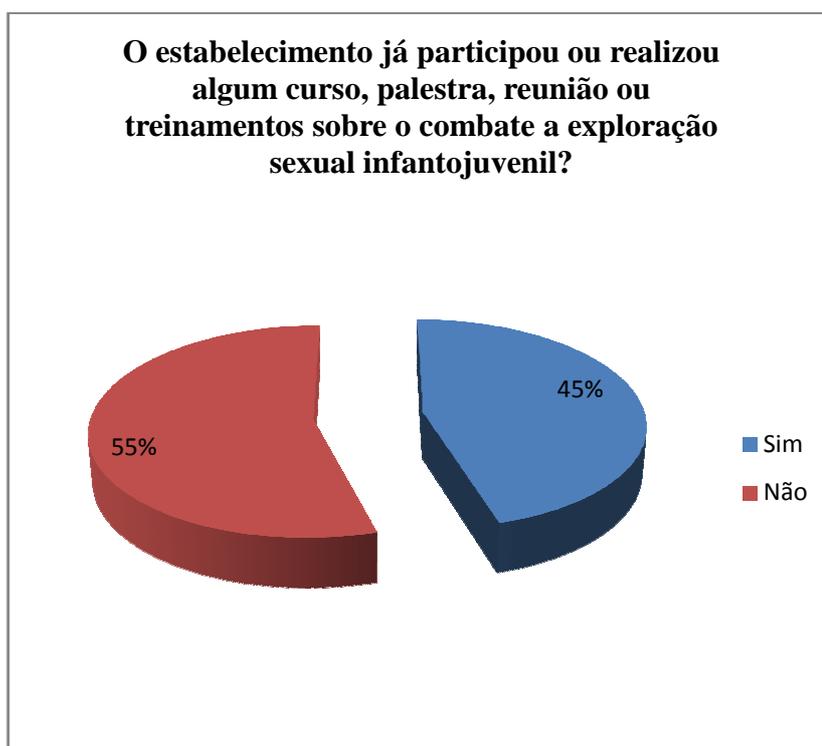


Gráfico 10 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento já participou ou realizou algum curso, palestra, reunião ou treinamentos sobre o combate a exploração sexual infantojuvenil?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Estas afirmações mostra o descaso das empresas em estabelecer a sustentabilidade na atividade, fazendo parte dos princípios do turismo estabelecido tanto pela OMT quanto pelo Ministério do Turismo. A responsabilidade social corporativa deve ser encadeada nos princípios éticos dessas empresas, pois permitirá um desenvolvimento sustentável e garantia para as gerações atuais e futuras.

Em relação a outras ações de combate ao crime onde o estabelecimento participou ou realizou, verifica-se que a maioria não fez parte de nenhuma ação. Logo se ver a falta de interesse por muitas empresas do setor em promover ações de combate ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, muitas delas realizam apenas

medidas obrigatórias para as empresas, conforme dispõe as leis, tais como afixação de material que forneça a mensagem de combate ao crime.

Outro ponto relevante da pesquisa, mostrar-se que a maioria dos estabelecimentos não participa de programas, projetos, campanhas e ações de combate à exploração sexual infantojuvenil (GRAF. 11).

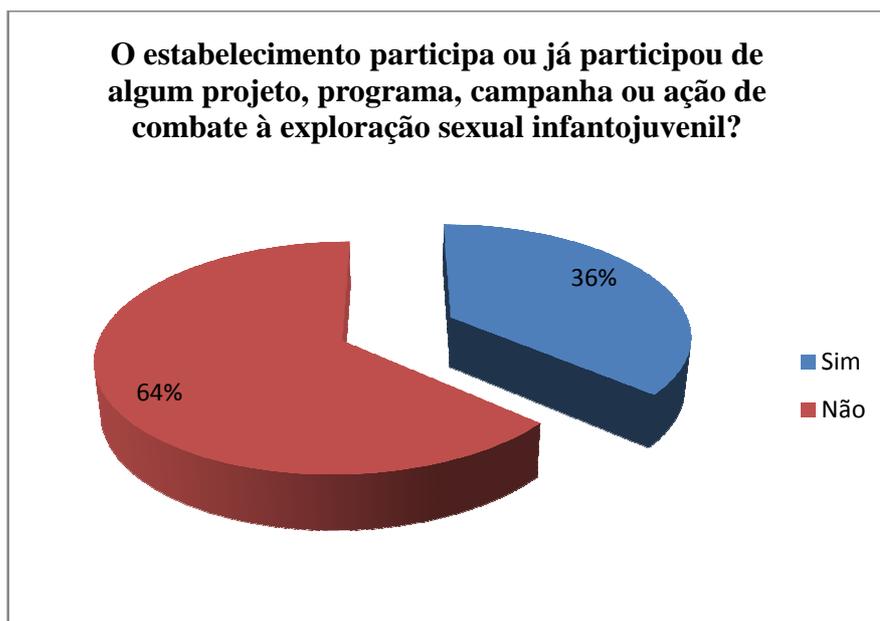


Gráfico 11 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento participa ou já participou de algum projeto, programa, campanha ou ação de combate à exploração sexual infantojuvenil?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

A cidade de São Luís possui várias organizações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, porém ainda falta uma maior mobilização das empresas para trabalhar na responsabilidade social corporativa e assim estabelecer em seus estabelecimentos práticas sustentáveis.

Em pesquisa com os estabelecimentos turísticos de São Luís foram identificadas ações realizadas para evitar o tipo de crime, tais como: preenchimento da Ficha Nacional de Registro de Hospedes (FNRH), apresentação de Documentação de Identificação, autorização registrada em cartório para menores desacompanhados ou acompanhados por terceiros, treinamento dos colaboradores, venda de produtos ou serviços apenas para maiores de 18 anos, dentre outros (GRAF. 12).

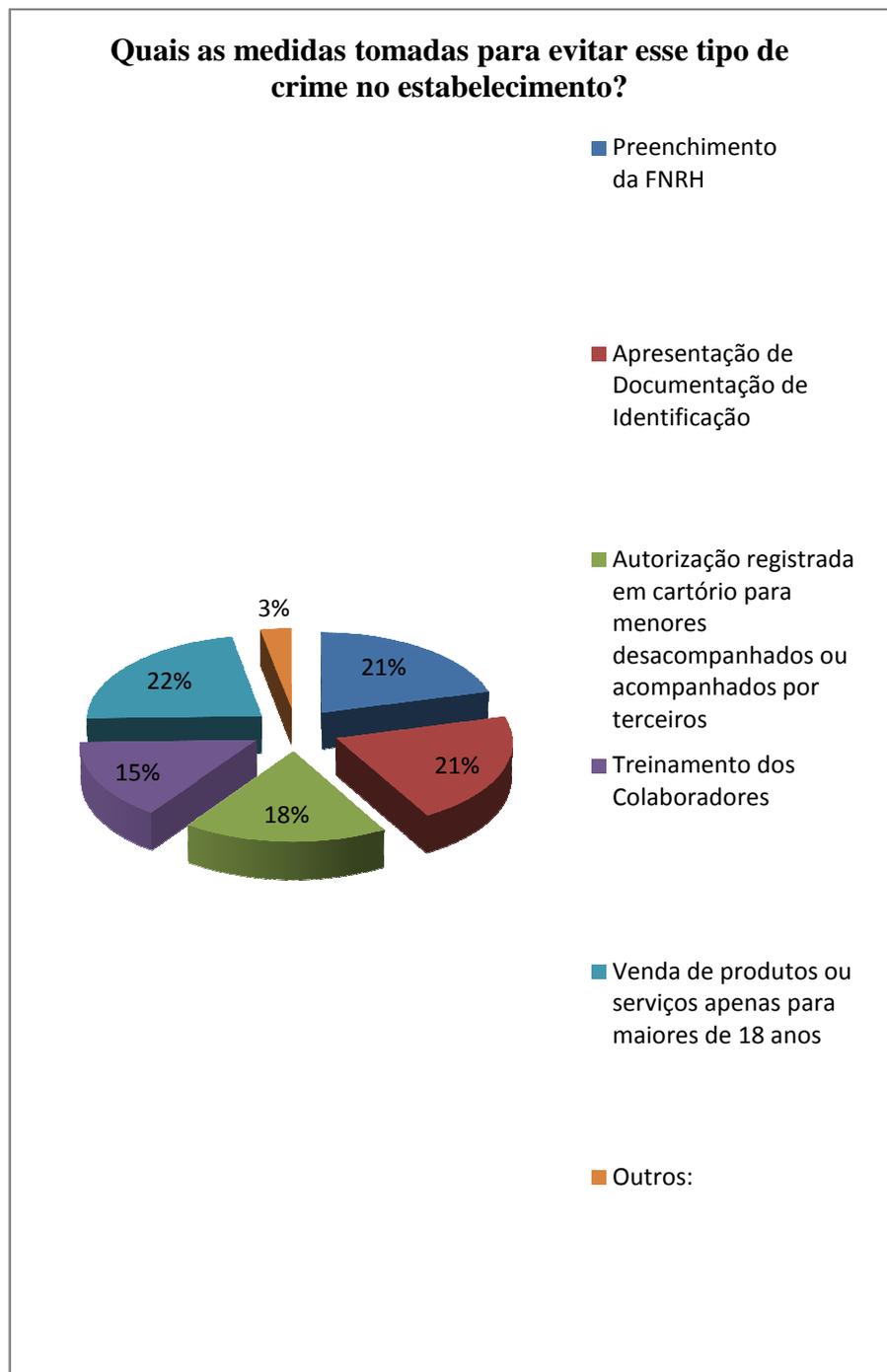


Gráfico 12 - Pesquisa com o Trade (Quais as medidas tomadas para evitar esse tipo de crime no estabelecimento?) - 2013
 Fonte: O próprio autor.

As medidas tomadas para o combate do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes adotadas pelos empreendimentos são enaltecíveis.

Faz-se necessária criação de uma política de combate, pois o crime cresce e se camufla com o crescimento das atividades, pois muitas redes de exploração de crianças e

adolescentes trabalham com a falsificação de documentos, onde as empresas podem não identificar tal crime.

As empresas de turismo de São Luís têm o papel de divulgar as informações sobre o crime de tráfico e exploração de crianças e adolescentes, baseado em lei federal e também municipal, podendo também elaborar suas próprias medidas, assim como participar de programas, projetos e ações de várias instituições. Quanto ao uso de informativos sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, constata-se que a maioria das empresas possui algum informativo (GRAF. 13).

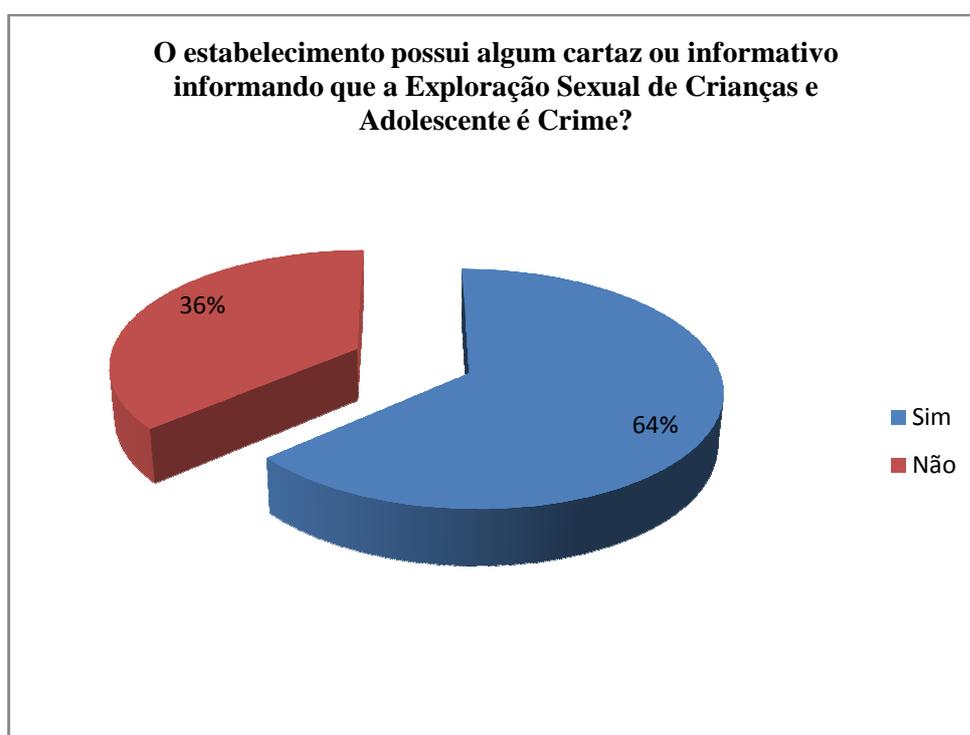


Gráfico 13 - Pesquisa com o Trade (O estabelecimento possui algum cartaz ou informativo informando que a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente é Crime?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Foram identificadas as origens das campanhas, sendo que 33% é do Ministério Público, 17% Material Próprio, 17% Secretaria dos Direitos Humanos, 13% é do SindHORBS – MA, 12% da SETUR Municipal, 4% da SETUR Estadual e 4% do Ministério do Turismo (GRAF. 14).

Observa-se que as campanhas nacionais que são desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Turismo, assim como os materiais próprios desta secretaria são os de menor visibilidade dentro dos estabelecimentos turísticos, caracterizando-se na falta de divulgação das campanhas do TSI.

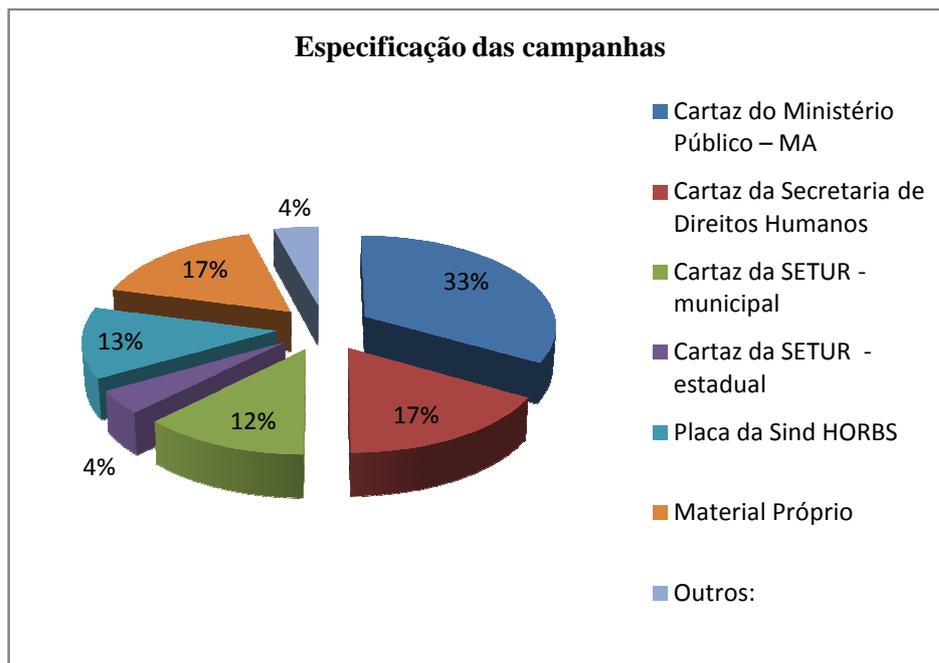


Gráfico 14- Tipos de Materiais e Instituições - 2013
Fonte: O próprio autor.

As campanhas do Ministério Público ganham destaque, devido às fiscalizações que acontecem nestes estabelecimentos, onde muitos cartazes já ficam fixados em um quadro para evitar a danificação.

Quanto às considerações sobre a vulnerabilidade de São Luís para o “turismo sexual” e “ESCA”, a maioria afirmou que a cidade é vulnerável (86%) e apenas 14% responderam que a cidade não é vulnerável (GRAF. 15).

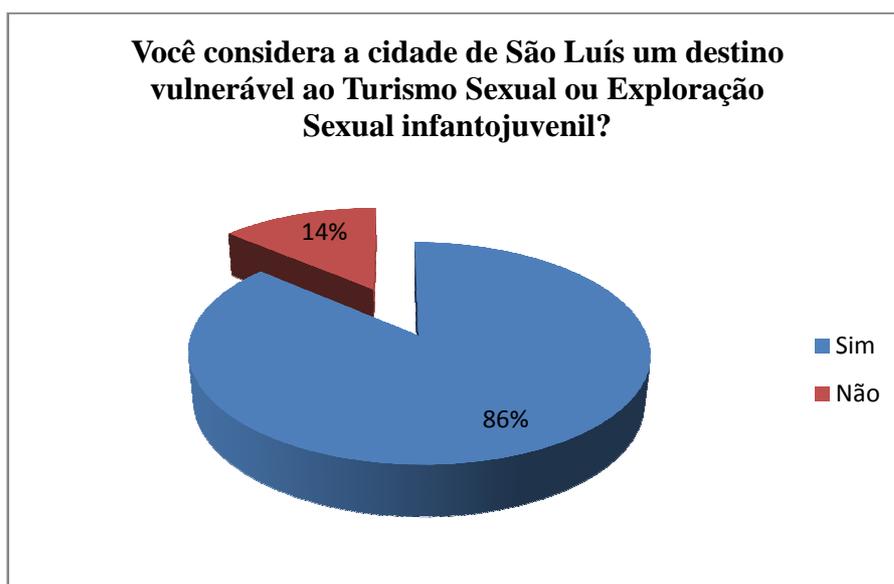


Gráfico 15 - Pesquisa com o Trade (Você considera a cidade de São Luís um destino vulnerável ao “turismo sexual” ou Exploração Sexual infantojuvenil?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

A pesquisa também mostrou através de uma pergunta aberta sobre o que deve ser feito para coibir a ESCA e o “turismo sexual” na cidade de São Luís. As principais idéias das empresas foram uma maior fiscalização por parte da polícia, Ministério Público e outros órgãos competentes, a criação de programas de combate a este crime, a criação de medidas mais rígidas contra esses criminosos, a realização de palestras e treinamentos junto a todos os órgãos do turismo, maior informação para a população, incentivo as denúncias quebrando o tabu de vergonha e medo das vítimas e dos denunciantes, incentivos, educação nas escolas com informação do assunto, a criação medidas de controle para prevenção, fortalecimento do fluxo de informações juntos as equipes hotéis, bares e restaurantes, treinamento com todos os colaboradores e população uma educação voltada para o assunto e maior envolvimento dos órgãos públicos com as empresas.

A maioria das colocações das empresas para coibir o crime da ESCA e combater o “turismo sexual”, faz parte da proposta do Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), porém a maioria das empresas desconhece o programa.

O TSI visa estabelecer essa responsabilidade social corporativa nas empresas do setor turístico, na estimulação e formação de multiplicadores e na divulgação de campanhas, elaboração de um código de conduta para empresas, dentre outras parcerias para fortalecer o combate da ESCA no turismo e garantir uma atividade sustentável.

4.3 PESQUISA REALIZADA COM A COMUNIDADE

A comunidade residente e também os turistas fazem parte do público-alvo das ações do TSI, estes possuem papéis fundamentais na erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Para a análise das campanhas do TSI foram aplicados cinquenta e três questionários com a comunidade sendo a maioria autóctone e também houve a participação de turistas, uma vez que as opiniões de ambos são de extrema importância para a análise das campanhas.

Para a identificação do problema, foram realizadas as perguntas sobre o “turismo sexual”, ou seja, se as pessoas já tinham ouvido falar sobre o assunto e se já tinha identificado alguma cena que se caracterizava com o “turismo sexual”.

A pesquisa realizada em São Luís constatou que a maioria das pessoas já ouviu falar em “turismo sexual” (GRAF. 16), e uma minoria já observou alguma situação que se pareça com o “turismo sexual” (GRAF. 17), conforme demonstramos a seguir:

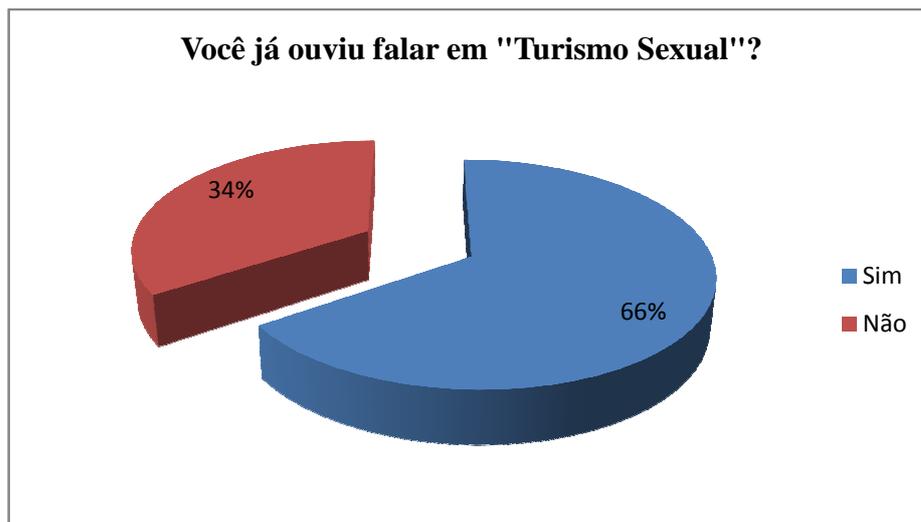


Gráfico 16 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já ouviu falar em "turismo sexual") – 2013
 Fonte: O próprio autor.

Essas situações observadas pelos entrevistados podem ser resumidas em locais como: em praias, em estradas, em casas noturnas, no Centro Histórico, na orla marítima, nas Avenidas, sendo que grande parte citou em locais dentro da cidade de São Luís, já outros fizeram menção a outros lugares do Brasil e até mesmo em reportagens.

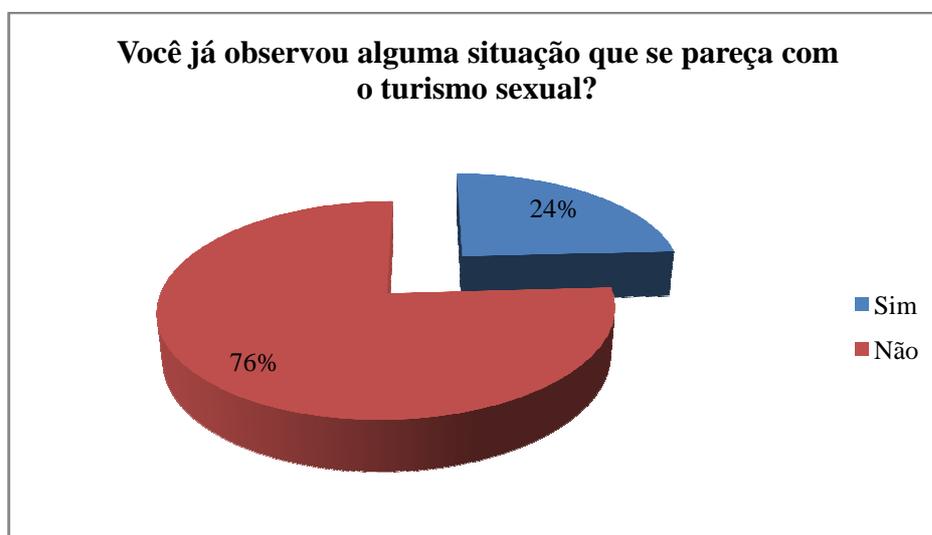


Gráfico 17 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já observou alguma situação que se pareça com o "turismo sexual") – 2013
 Fonte: O próprio autor.

Quanto o conhecimento da população sobre outros projetos de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, ainda é pequena. Ressalta-se que a população só poderá combater o crime, se a mesma tiver informações (aonde e pra quem denunciar

identificar o tipo de violência, dentre outras).Sem informações a sociedade irá se calar diante de um crime absurdo e a violência irá crescer.

Os dados da pesquisa comprovam que apenas 14% dos entrevistados conhecem algum programa de combate ao crime, sendo que 86% não conhecem nenhum programa(GRAF. 18).

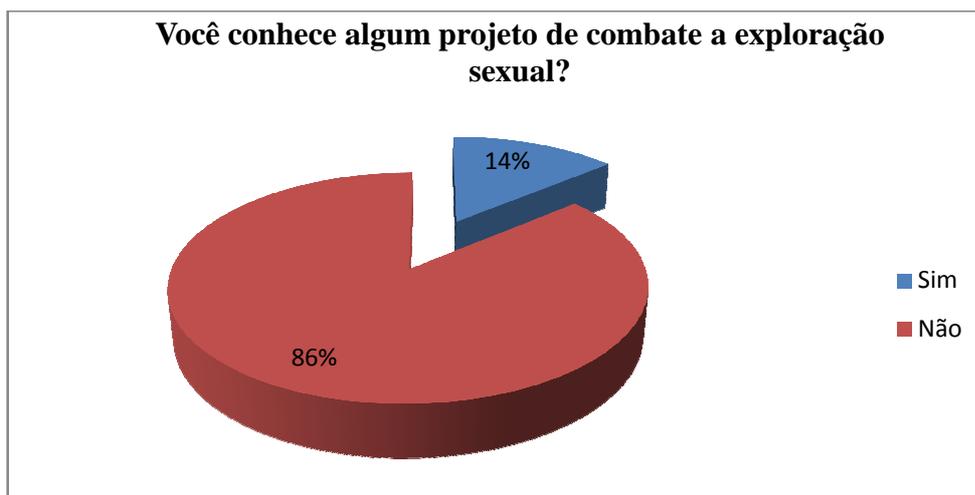


Gráfico 18 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você conhece algum projeto de combate à exploração sexual?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Para identificar o conhecimento sobre o Programa Turismo Sustentável e Infância, foi colocada a marca do programa a fim de saber se a população conhecia ou já tinha olhado aquela marca, pois as pessoas poderiam identificar melhor o TSI pela marca do que pelo nome.

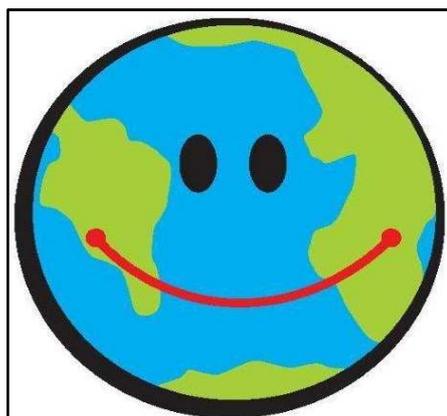


Figura 15 - Marca do TSI
Fonte: Ministério do Turismo.

Esta pergunta foi de fundamental importância, pois muitas pessoas não identificam o programa pelo nome e sim por alguma marca que há no mesmo.

A pesquisa revelou que 65% nunca olharam a marca, que 24% já olharam e que 11% conhecem e identificou como a marca do Programa Turismo Sustentável e Infância(GRAF. 19).

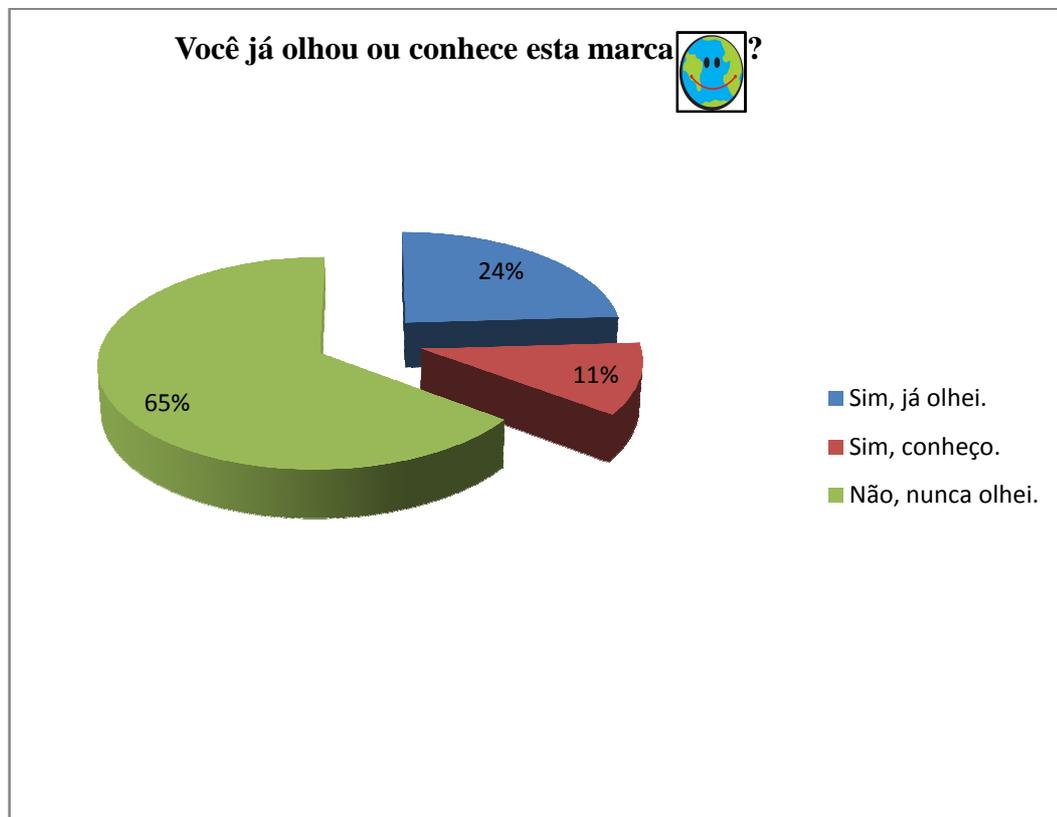


Gráfico 19 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já olhou ou conhece esta marca do TSI?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

A pesquisa identificou onde as pessoas olharam a marca, sendo que a maioria dos entrevistados olhou a marca em bares e restaurantes da cidade com 37%, já 19 % olharam em meios de hospedagem, 16% em casas de eventos, 13% responderam que olharam em instituições públicas, 9% em agências de viagens, 3% em *busdoor* e também em *outdoor* (GRAF. 20).

As marcas registradas em bares, restaurantes e hotéis atingiram um maior número devido à obrigatoriedade de esses estabelecimentos afixarem informações a cerca do combate da exploração sexual de crianças e adolescente.

Em relação ao tipo de material foram identificados os cartazes com 61%, seguido das campanhas na internet, 7% corresponde às campanhas televisivas, 7% em relação aos folders, 4% corresponde a canetas e outros e 3% aos banners (GRAF. 21).

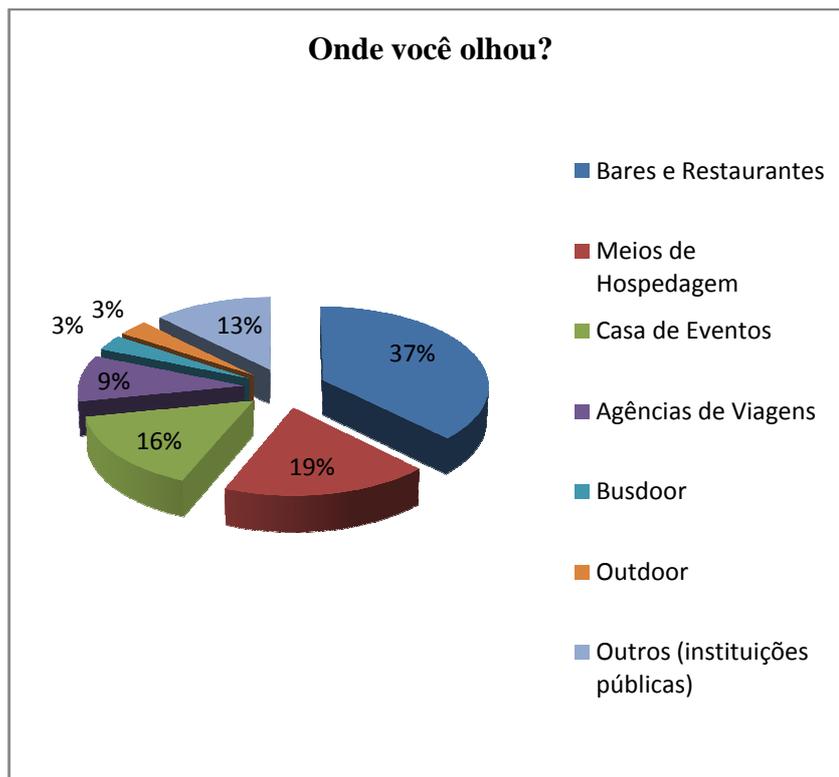


Gráfico 20 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Aonde você olhou?) - 2013
 Fonte: O próprio autor.

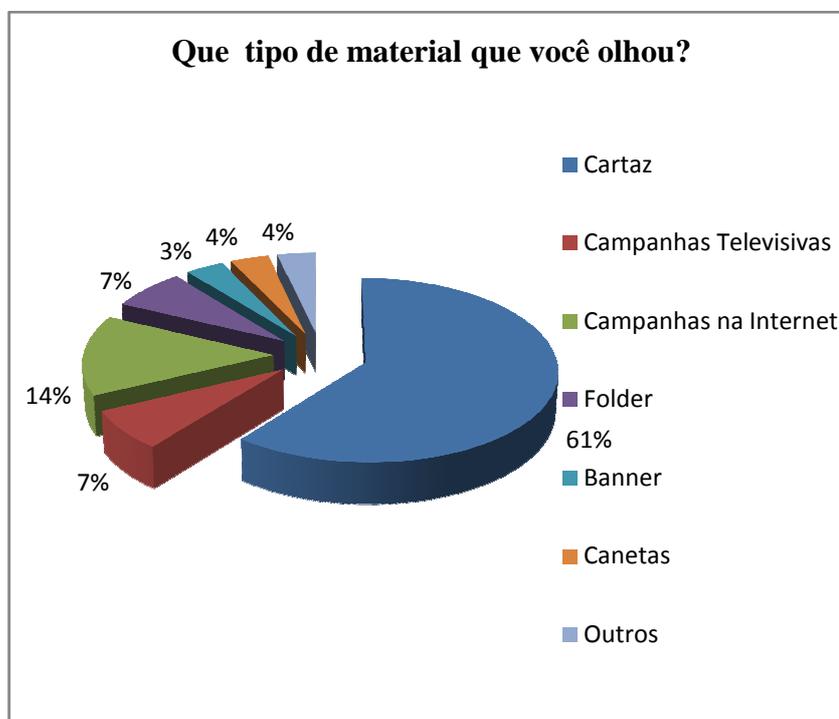


Gráfico 21 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Que tipo de material que você olhou?) - 2013
 Fonte: O próprio autor.

A respeito da instituição promotora, a maioria afirmou que é proveniente do Ministério do Turismo com 31%, seguida da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com 21% e 16% ficou as Secretaria Estadual de Turismo, a Secretaria Municipal de Turismo e também o São Luís Convention & Visitors Bureau (GRAF. 22).

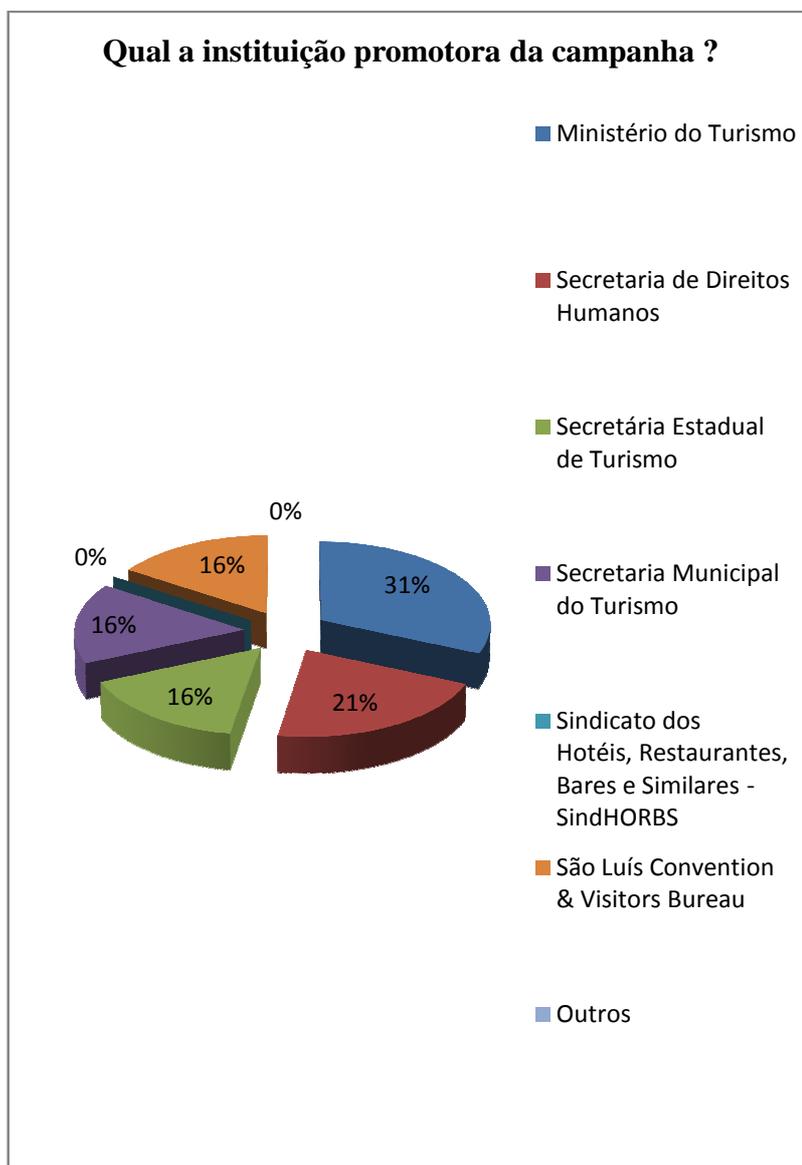


Gráfico 22 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Qual a instituição promotora da campanha?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Essas informações permitem a comprovação das ações desenvolvidas pelas instituições públicas e organizações não governamentais elencadas nos capítulos anteriores.

Partindo para a identificação e participação da sociedade em ações do TSI, foram desenvolvidas perguntas sobre conhecimento do programa e a participação da sociedade.

A pesquisa mostra que o número das pessoas que não conhecem o programa é de 88% e 12% admitiram que conhecem (GRAF. 23).

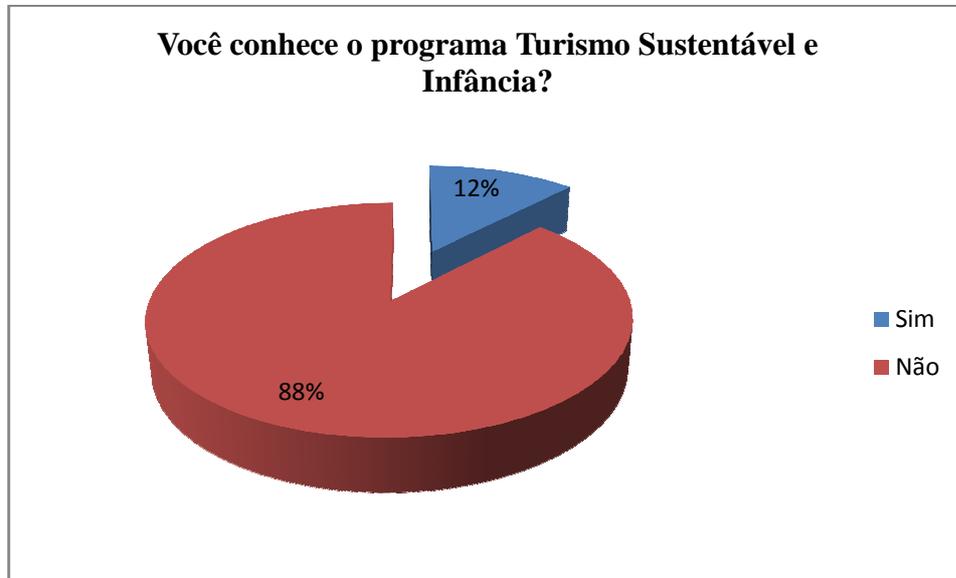


Gráfico 23 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Você conhece o programa Turismo Sustentável e Infância?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Quanto à participação nas ações do TSI em São Luís, 94% nunca participaram e apenas 4% já participaram de alguma ação do TSI (GRAF. 24).



Gráfico 24 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Você já participou de alguma ação do Programa Turismo Sustentável e Infância?) - 2013
Fonte: O próprio autor.

Constata-se com essas informações, que o Programa Turismo Sustentável e Infância ainda não atingiu grande parte da sociedade civil, portanto fazem-se necessárias medidas para sensibilização de um maior número de pessoas.

Sendo que os participantes foram abordados nas seguintes atividades: recebimentos de materiais impressos (folder, cartaz, adesivos, camisa, chapéu, etc.) com 29%, seminários com 14%, reuniões com 14%, blitz em épocas festivas (carnaval, 18 de maio, São João e Natal) com 29% e outros com 14% (GRAF. 25). Sendo esta pergunta realizada apenas com o número de participantes, onde estes puderam responder mais de uma atividade desenvolvida pela Secretaria.

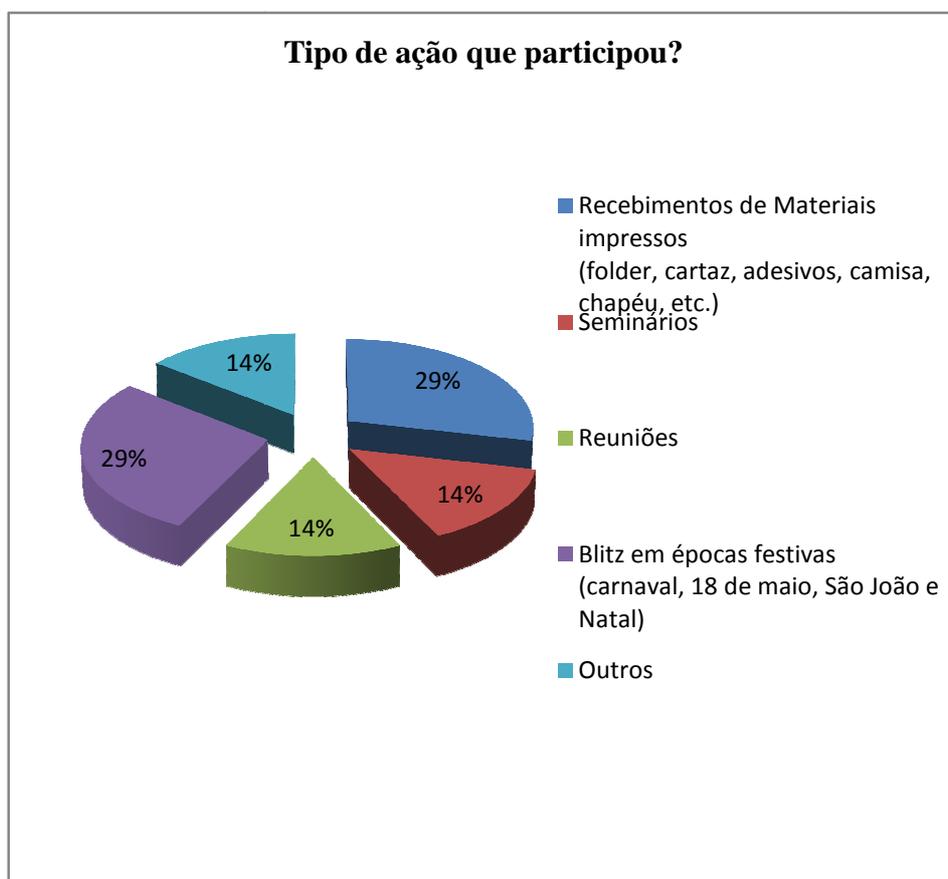


Gráfico 25 - Pesquisa com a Sociedade Civil (Tipo de ação) – 2013
Fonte: O próprio autor.

As demais perguntas visam saber a opinião da sociedade sobre a vulnerabilidade da cidade de São Luís para o “turismo sexual” e também para a ESCA e saber sobre o efeito das campanhas, se as mesmas estão contribuindo para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

A pesquisa mostrou que 78% das pessoas falaram que acham a cidade vulnerável ao “turismo sexual” e exploração sexual de crianças e adolescentes, 15% admitiram que a cidade não corre risco para essas práticas e 7% não souberam responder (GRAF. 26).

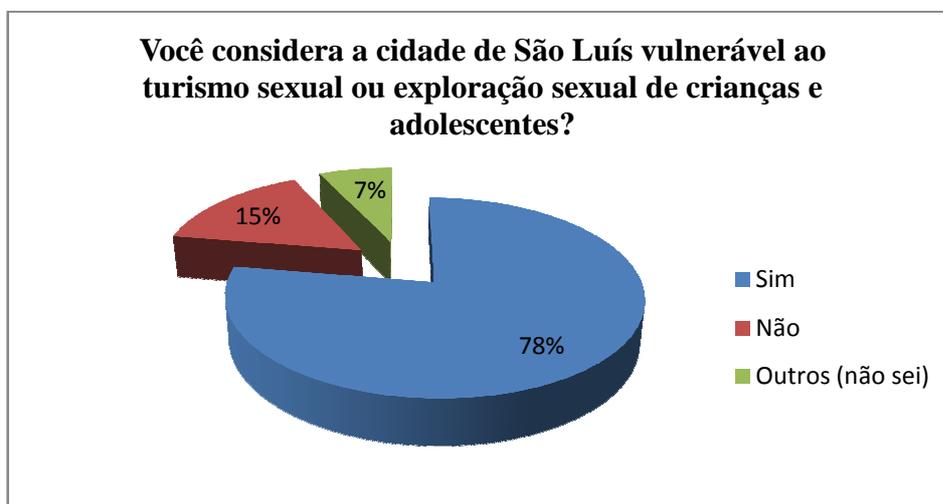


Gráfico 26 – Pesquisa com a Sociedade Civil (Você considera a cidade de São Luís vulnerável ao “turismo sexual” ou exploração sexual de crianças e adolescentes?) - 2013
Fonte: O próprio autor

Em relação à opinião das pessoas sobre os efeitos das campanhas, a pesquisa revela que 42% das pessoas acreditam que as campanhas do Programa Turismo Sustentável e Infância contribui para o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes, já 30% acreditam que as campanhas não contribuem e 28 % não responderam ou souberam responder (GRAF. 27).

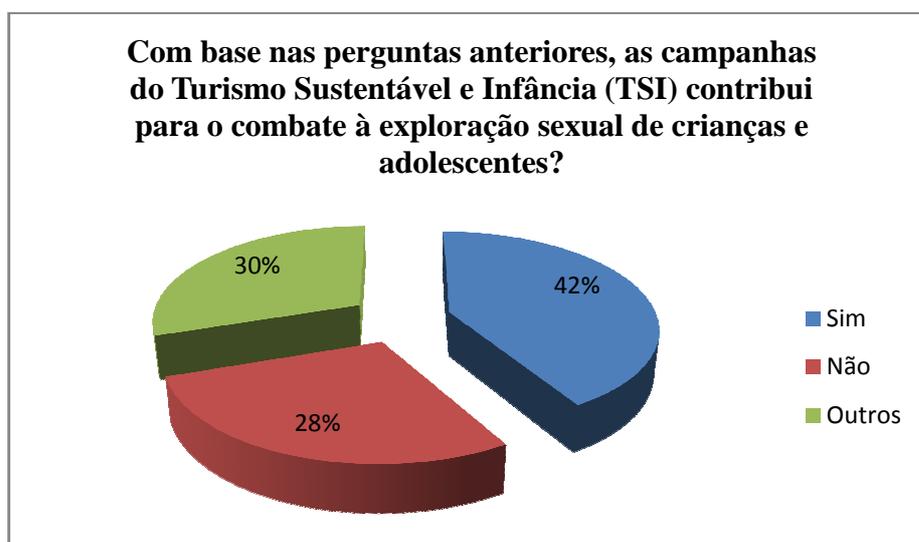


Gráfico 27 - Com base nas perguntas anteriores, as campanhas do Turismo Sustentável e Infância (TSI) contribui para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? - 2013
Fonte: O próprio autor.

As representações apresentadas nesta pesquisa demonstraram que a população conhece a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes que se instalou na atividade turística, porém a mesma desconhece as ações existentes para o combate.

Com isso, é possível identificar que as ações do programa Turismo Sustentável e Infância requer de melhorias nas estratégias de divulgações das campanhas e no desenvolvimento de outras ações. Trata-se da articulação em conjunto, conforme trata o Plano Nacional de Turismo, ou seja, no planejamento participativo das atividades turísticas e também conforme os princípios do Programa Turismo Sustentável e Infância, na participação de setores públicos federais, estaduais e municipais, empresários, profissionais do turismo e da sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “turismo sexual” vem se instalando em destinos com estruturas turísticas montadas e também em locais onde não há essa estrutura, predominando naqueles destinos mais vulneráveis e que se desenvolveram sem o planejamento turístico. Os destinos que possuem um planejamento turístico não estão isentos desta prática, visto que este problema está ancorado a outros fatores no contexto histórico, social, econômico e cultural das sociedades, porém o planejamento ajuda a prevenir este problema.

A prática de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é crime e se caracteriza como sua própria negação. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma prática que fere os princípios éticos e morais do ser humano, não sendo uma prática recente, porém prevalece até os dias atuais ganhando espaço em atividades econômicas, tais como na atividade turística.

Com o objetivo de erradicar esta prática na atividade turística foram traçados várias ações de combate para o mesmo, além de elaboração de Códigos de Ética e Leis que abominam a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

É louvável a criação de políticas de proteção à criança e adolescentes realizadas pelos setores do turismo, a criação do Programa Turismo Sustentável e Infância está contribuindo para o combate do crime no país.

Em São Luís, as ações do TSI surgiram com a partir da articulação de instituições não governamentais com instituições governamentais, com destaque nas campanhas publicitárias. Atualmente a Secretaria Estadual de Turismo desenvolve o programa, porém

apenas com duas ações, sendo as campanhas as ações de maior destaque desenvolvidas pela Secretaria.

Constata-se um enfraquecimento dessas campanhas, visto que o público-alvo afirma não conhecer estas campanhas e tampouco o programa.

Houve uma divergência nos resultados obtidos pela pesquisa, sendo que as informações fornecidas pela Secretaria Estadual de Turismo, sobre onde são realizadas as ações do TSI, não corresponderam com as respostas feitas pelas empresas do setor, sendo que a maioria não conhece o programa. Tal problemática consiste no baixo desenvolvimento de ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Já na Sociedade Civil, este número aumenta, sendo que a minoria já ouviu falar do programa, possibilitando o desconhecimento de situações que se caracterizam com a exploração sexual ou “turismo sexual” envolvendo crianças e adolescentes, que vai refletir no fortalecimento das ações pela falta de denúncia e facilidade de aliciadores e agressores praticarem o crime de ESCA na cidade e também nos equipamentos turísticos.

Outro fator que contribui para o crescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes é a falta de ações por parte das instituições privadas, no que diz respeito a práticas mais eficazes sobre a problemática, tais como: treinamentos, reuniões, capacitações, campanhas próprias sobre o combate ao crime, visto que será um benefício para a empresa, pois esta será visualizada como empresa abomina tal prática e também o turista que vem com a intenção maliciosa não irá procurar tal estabelecimento.

A maioria das empresas não participa de programas, projetos ou ações de combate ao crime, sendo que muitas só têm o cartaz do ministério público por ser uma obrigatoriedade para estas fornecer a informação de que “Exploração Sexual e Tráfico de crianças e adolescentes são crimes, denuncie. Disque 100 ou procure um conselho tutelar.”.

A partir disso, é possível afirmar que falta nas empresas do setor turístico a prática da responsabilidade social corporativa, a fim de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, como também assegurar os direitos delas.

É importante frisar que participação de ONG's contribui grandemente, para combater o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e também contribuem para assegurar outros direitos que contribuem diretamente e indiretamente para o combate deste crime. A participação das organizações não governamentais é de grande importância, porém a falta de continuidade de ações já executadas permite que todo trabalho por estas dedicados sejam esquecidos ou até mesmo apagado.

A atuação da Secretaria Estadual de Turismo ainda não é representativa, falta à articulação desta com as empresas do setor, com as organizações não governamentais e também com a sociedade civil. Além da mudança de estratégias para execução das campanhas, da forma que um maior número de pessoas seja informado e sensibilizadas na luta da ESCA.

Sendo assim, as políticas governamentais e empresariais voltadas para infância e juventude devem ser traçadas preferencialmente em conjunto para se fortalecer e combater o crime na cidade, envolvendo tanto o setor público como o setor privado, bem como as organizações não governamentais e sociedade civil.

A partir disto, é possível afirmar que a ação instituída pelo Governo Federal terá destaque, quando houver uma maior articulação com as esferas estaduais, municipais, terceiro setor, empresas e sociedade civil.

BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS E CONSULTADAS

BITTAR, Marisa e FERREIRA, Amarílio. **Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463. 2000.

BONASSO, Alejandro e FORSELLEDO, Ariel Gustavo. **LA EXPLOTACIÓN SEXUAL DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN AMÉRICA LATINA**. 2ed. Instituto Interamericano Del Niño. Montevideo, 2003.

BRÁS, Maria da Fé. **CONTORNOS DO TURISMO SEXUAL**. Revista dos Algarves:2006. Disponível em: <<http://www.dosalgarves.com/revistas/N14/7>>. Acesso: 07 de jun de 2013.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Lei nº 11.577 de 22 de novembro de 2007. **Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11577.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Lei nº 9.975 de 23 de junho de 2000. **Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_leis/L9975.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **RELATÓRIO DISQUE DIREITOS HUMANOS: Módulo Criança e Adolescente**. Brasília: 2011.

_____. Lei Geral do Turismo - 11.771 de 17 de setembro de 2008 . **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

BUSSENS, Alice Mussulini; JARDIM, Gabriel de Sena. Turismo e Exploração Sexual no Brasil: uma Questão Social. In:_____. **Competência Profissional no Turismo e Compromisso Social**. São Paulo: Roca, 2006.

CHILDHOOD BRASIL. **PROJETO COPA DO MUNDO DE 2014**. 2012

_____. **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. 2009.

CONCEIÇÃO, Maria Ribeiro da. **Maria Ribeiro da Conceição**: entrevista [dez. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís - MA.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Prestação de Contas Ministério do Turismo 2012.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2012.>> Acesso em: 07 jun. 2013.

_____. **Prestação de Contas Ministério do Turismo 2011.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/prestacaocontaspresidente/2012>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Aprendendo a prevenir:** orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes - Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006.

COSTA, Jean Henrique. **O (in) compreendido turismo sexual: algumas notas metodológicas para se pensar o comércio do corpo.** Revista Espaço Acadêmico N°123: 2011.

COTRIM, Aian Cerqueira. **UMA ABORDAGEM JURÍDICA DO TURISMO SEXUAL.** Ilhéus- BA: 2008

CRUZ, Osafá Pereira; DOMINGUES, André Luiz. **O SIGNIFICADO DA LUTA PELA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A AVALIAÇÃO DE SUA APLICAÇÃO.**

EMBRATUR. **Crescimento do Turismo no Brasil.** Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Turiso_inj_etou_US_61_bilhoes_n_econoi_te_novebro.html>. Acesso em: 18 dez. 2013.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. **DAS “VERGONHAS” DESCRITAS POR CAMINHA, AO TURISMO SEXUAL:** O uso de imagens femininas atreladas ao desenvolvimento turístico do Brasil. BAHIA, 2006.

_____. **Intersecções entre o mercado turístico e o mercado do sexo em Salvador, Bahia, Brasil.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.5, n.2, p.136-156, ago. 2011.

GOVERNO DO MARANHÃO. **I Encontro de Turismo no Maranhão.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121203-2.html>. Acesso: 15 dez. 2013

LEITE, Dayane Cabral. **A INFÂNCIA NO BRASIL COLÔNIA.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo Marxismo, Educação e Emancipação Humana. UFSC – Florianópolis: 2011.

LEITÃO, Elizabeth Milward de Almeida. **Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.** Curso Prevenção ao uso indevido de drogas. Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias, realizado pela SENAD: 2011.

LIGA DA PROTEÇÃO. Brasil se une em torno da Liga da Proteção no carnaval. Disponível em: <http://opencms.itlab.com.br/turismo/noticias/todas_noticias/20120217-3.html>. Acesso: 15 dez. 2013

LIMA, Taiane Nogueira de. **AÇÕES DE COMBATE AO TURISMO SEXUAL EM SALVADOR E RECIFE.** Brasília: 2006.

MARQUEZ, Aniele da Silva. **A “INVISIBILIDADE” DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO TURISMO SEXUAL EM SALVADOR, BA.** Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-Graduação em Administração: 2009

MATRIZ INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Disponível em: <http://matriz.sipia.gov.br/promocao/acoes-e-programas/programa-turismo_sustentavel-infancia>. Acesso em: 02 dez. 2013.

MENDES, Thalyane Reis. **Thalyane Reis Mendes:** entrevista [out. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís -MA.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2012.** Vol.39.

_____. **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO –ROTEIROS DO BRASIL.** Brasília: 2011

_____. **Inclusão Social com Capacitação Profissional - Relato de Experiência de Pernambuco.**

_____. **Inclusão Social com Capacitação Profissional Relato de Experiência: Guarujá - Santos - São Vicente.** 2009

_____. **Manual do Multiplicador – Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo – Universidade de Brasília –Centro de Excelência em Turismo Brasília: Ministério do Turismo, 2013.**

_____. **PLANO NACIONAL DE TURISMO: Diretrizes, Metas e Programas- 2003 /2007.** Brasília: 2003.

_____. **PLANO NACIONAL DE TURISMO: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil - 2013/ 2016.** Brasília: 2013

_____. **PLANO NACIONAL DE TURISMO: Uma viagem de Inclusão - 2007/2010.** Brasília: 2007.

_____. **Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional na região metropolitana da grande João Pessoa: relato de experiência.** 2009.

_____. **Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional – Ceará.** 2008.

_____. **PROJETO: PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO.** Brasília:2010.

NAPOLI, Israel de. “**Mais que um balanço, um convite à ação**”. Revista Portal da Ciência – UFMA, 2010.

NETO, Adelino. **TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA.** Apresentação Oficial do TSI.

NOGUEIRA FILHO, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentado.** São Paulo: Saraiva 1996.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A PRODUÇÃO DO TURISMO: fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PAGANINI, Juliana. **O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento.** *Amicus Curiae* V.5, N.5 ,2011.

PINA, Inácio.**Inácio Pina:** entrevista [nov. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís - MA.

POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras.**

_____. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras.** 2012.

PRIORE, Mary Del (org.). **Historia das crianças no Brasil.** Contexto Editora, 2010.

RADIO CRICIUMA. **REPORTAGEM SOBRE A VENDA DE VIRGENS NO BRASIL.** Disponível em: <<http://www.radiocriciuma.com.br/portal/vernoticia.php>> Acesso em: 01 de jul de 2013.

SANTOS, Elder Cerqueira. **Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção: Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, Ana Kate.**Ana Kate Silva:** entrevista [nov. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís - MA.

SILVA, Fernando Saraiva da.**Fernando Saraiva da Silva:** entrevista [nov. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís - MA.

SILVA, Mary.**Mary Silva:** entrevista [dez. 2013]. Entrevistadora: SILVA, Patrícia Melo da. São Luís: UFMA, 2013. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso: Turismo

Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de exploração sexual infantojuvenil em São Luís -MA.

SILVA, Tatiana Amaral. **A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:** Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro. Bahia: 2009.

SOARES DO BEM, Arim. **A DIALÉTICA DO TURISMO SEXUAL.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

TENÓRIO, Fernando G., BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (orgs.). **O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO. **MANUAL DO MULTIPLICADOR** - Projeto de Prevenção a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo /— Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo Formação de Multiplicadores.** 3ª edição, 2010.

UOL. **Reportagem sobre notificação de sites.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/27/ministerio-doturismo-notifica-mais-de-2000-sites-por-conteudos-improprios-da-imagem-do-brasil.htm>> Acesso em: 23 de nov. de 2013.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão Integral de destinos turísticos sustentáveis.** tradução Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Autorização



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA – DETUH
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TURISMO - COTUR
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a discente PATRÍCIA MELO DA SILVA, portadora do CPF 012.591.313-35 e matrícula 2009014619, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema: **TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Turismo de São Luís - MA**, ou ainda destinadas à inclusão em outros trabalhos científicos, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia __/__/__, pela discente e UFMA, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD ("compact disc"), CD ROM, CD-I ("compact-disc" interativo), "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc"), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da discente, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata a discente a dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

São Luís, ___ de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Nome: _____ CPF: _____

Instituição: _____ Função: _____

Av. dos Portugueses, s/n. Campus do Bacanga - São Luís/MA - CEP 65085-580

APÊNDICE B – Questionário para empresas turísticas

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil no Turismo de São Luis - MA

Entrevista com Responsáveis dos Estabelecimentos Turísticos

**Obrigatório*

Nome do Entrevistado: *

Esta pergunta é obrigatória

Empresa/Setor: *

Hotel XXXX/ hotelaria gerência

Função: *

1. Você conhece o Programa Turismo Sustentável e Infância - TSI do Ministério do Turismo - MTur? Qual o seu entendimento? *

Sim

Não

Outro:

1.1 Qual o seu entendimento sobre o programa?

1.2 Qual a importância das Campanhas do Programa Turismo Sustentável e Infância?

2. A Secretaria de Estado do Turismo – SETUR desenvolve ou já desenvolveu alguma ação do TSI neste estabelecimento? *

Sim

Não

Outro:

2.1 Em que ano?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 2.

2.2 Como foram realizadas?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 2.

2.3 Quais foram os efeitos dessas ações quanto ao rendimento?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 2.

- Satisfatório
- Insatisfatório
- Indiferente

3. O estabelecimento já registrou algum caso ou índices de exploração sexual infanto-juvenil? *

- Sim
- Não
- Outro:

3.1 Quando ocorreu (ano)?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 3.

3.2 Quais as medidas que foram tomadas tomadas?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 3.

3.3 Como são ou foram identificados os casos?

Responda de acordo com afirmativa da resposta da questão 3.

4. O estabelecimento já participou ou realizou algum curso, palestra, reunião ou treinamentos sobre o combate a exploração sexual infanto-juvenil? *

- Sim
- Não

5. Quais as medidas tomadas para evitar esse tipo de crime no estabelecimento?

- Preenchimento da FNRH
- Apresentação de Documentação de Identificação
- Autorização registrada em cartório para menores desacompanhados ou acompanhados por terceiros
- Treinamento dos Colaboradores
- Venda de produtos ou serviços apenas para maiores de 18 anos
- Outros

6. O estabelecimento participa ou já participou de algum projeto, programa, campanha ou ação de combate à exploração sexual infanto-juvenil? *

- Sim
- Não

7. O estabelecimento possui algum cartaz ou informativo informando que a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente é Crime? *

- Sim
- Não

7.1 Especifique:

- Cartaz do Ministério Público - MA
- Cartaz da Secretaria de Direitos Humanos
- Cartaz da SETUR - municipal
- Cartaz da SETUR - estadual
- Placa da Súd HORBS
- Material Próprio
- Ministério do Turismo

8. Você considera a cidade de São Luís um destino vulnerável ao Turismo Sexual ou Exploração Sexual infanto-juvenil? *

- Sim
- Não

9. O que deve ser feito para tentar coibir o Turismo Sexual e a Exploração infanto-juvenil no turismo em São Luís? *

[Enviar](#)

Nunca envie senhas em formulários do Google.

APÊNDICE C – Questionário para sociedade civil

<input type="radio"/>	TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Turismo de São Luis - MA
<input type="radio"/>	Formulário para pessoa física
<input type="radio"/>	*Obrigatório
<input type="radio"/>	Sexo: *
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Masculino
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Feminino
<input type="radio"/>	Faixa etária (idade): *
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 16 - 23 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 24- 29 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 30-35 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 36-41 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 42-47 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 48-53 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> 54 -59 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> acima de 60 anos
<input type="radio"/>	Profissão: *
<input type="radio"/>	<input type="text"/>
<input type="radio"/>	1 Você já ouviu falar em "Turismo Sexual"? *
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Não
<input type="radio"/>	2 Você já observou alguma situação que se pareça com o turismo sexual? *
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Não
<input type="radio"/>	2.1 Que situação?
<input type="radio"/>	Com base na afirmativa da pergunta anterior.
<input type="radio"/>	<input type="text"/>
<input type="radio"/>	3 Você conhece algum projeto de combate a exploração sexual? *
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Sim
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> Não
<input type="radio"/>	3.1 Qual?
<input type="radio"/>	Com base na afirmativa da pergunta anterior.
<input type="radio"/>	<input type="text"/>

4 Você já olhou ou conhece esta marca? *

- Sim, já olhei.
- Sim, conheço.
- Não, nunca olhei.



4.1 Aonde você olhou?

Com base nas afirmativas da pergunta anterior.

- Bares e Restaurantes
- Hotéis
- Casa de Eventos
- Agências de Viagens
- Busdoor
- Outdoor

4.2 Que tipo de material que você olhou?

Com base nas afirmativas da pergunta anterior.

- cartaz
- campanhas televisivas
- campanhas na internet
- folder
- banner
- canetas
- Outro:

4.3 Qual a instituição promotora da campanha?

Com base nas afirmativas da pergunta anterior.

- Ministério do Turismo
- Secretaria de Direitos Humanos
- Secretaria Estadual de Turismo
- Secretaria Municipal de Turismo
- Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares - SmdHOREB
- São Luis Convention & Visitors Bureau
- Outro:

5 Você conhece o programa Turismo Sustentável e Infância? *

- Sim
 Não

5.1 Você já participou de alguma ação do Programa Turismo Sustentável e Infância?

Com base na afirmativa da pergunta anterior.

- Sim
 Não

5.2 Que tipo?

Com base na afirmativa da pergunta anterior.

- Recebimento de materiais impressos (folder, cartaz, adesivos, camisas, chapéus e etc.)
 Seminários
 Reuniões
 Blitz em época festivas (carnaval, 18 de maio, São João e Natal)
 Outro:

6 Você considera a cidade de São Luís vulnerável ao turismo sexual ou exploração sexual de crianças e adolescentes? *

- Sim
 Não

7. Com base nas perguntas anteriores, as campanhas do Turismo Sustentável e Infância (TSI) contribui para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? *

- Sim
 Não

Nunca envie senhas em formulários do Google.

APÊNDICE D - Entrevista (instituições parceiras)

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil no Turismo de São Luís - MA

1 Você conhece o Programa Turismo Sustentável e Infância?

() Sim () Não

2 A instituição possui alguma campanha, programa, projeto ou ação de combate a Exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo?

() Sim () Não

2.1 Qual (is)?

2.2 Qual o método para mensurar os efeitos?

3 A instituição possui parceria com outros órgãos para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes? Quais

() Sim () Não

4 A instituição já participou ou realizou algum curso, palestra, treinamento, seminários sobre o assunto?

() Sim _____ () Não

5 Você considera a cidade de São Luís vulnerável ao turismo Sexual e/ou exploração sexual infanto-juvenil?

6 Você acha que as campanhas do Turismo Sustentável e Infância – TSI contribui para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? Por quê?

() Sim () Não

Obs.: Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, a discente PATRÍCIA MELO DA SILVA, portadora do CPF 012.591.313-35 e matrícula 2009014619, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema: TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA: uma análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil no Turismo de São Luís - MA, ou ainda destinadas à inclusão em outros trabalhos científicos, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

São Luís, ____ de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Nome: _____ CPF: _____

Instituição: _____ Função: _____

APÊNDICE E – Entrevista (SETUR)

Entrevista com Responsáveis pelo Programa em São Luís – SETUR

Nome do Entrevistado: _____

Função: _____

1. O que é o programa Turismo Sustentável e Infância?

2. Qual o papel da SETUR no Programa Turismo Sustentável e Infância desenvolvida no Maranhão?

3. Qual o papel das entidades parceiras da SETUR no Programa Turismo Sustentável e Infância desenvolvida no Maranhão?

4. Quais são as ações e o número realizado anualmente?

5. Quem participa das ações realizadas pela SETUR?

6. Qual o número de materiais distribuídos no período de 2007 a 2012?

7. Qual é a metodologia adotada para a distribuição dos materiais das campanhas?

8. Quais os estabelecimentos em São Luís onde são distribuídos os materiais? Qual o critério de seleção do local?(colocar nomes dos estabelecimentos)

9. Qual o método utilizado pela SETUR para mensurar o efeito/ indicadores da campanha?

10. Como é enviado os resultados das campanhas junto ao Ministério do Turismo –Mtur?

11. O Ministério do Turismo realiza treinamentos, reuniões ou outra atividade voltada para o Projeto Turismo Sustentável e Infância com a SETUR?

11.1 Em que frequência?

quinzenalmente mensalmente anualmente Outros: apenas uma vez.

11.2 Onde acontece?

11.3 A SETUR participa ou participou?

APÊNDICE F– Pré-teste dos questionários do trade

Entrevista com Responsáveis dos Estabelecimentos

Nome do Entrevistado: _____

Empresa: _____ Setor: _____

Função: _____

1. Você conhece o Programa Turismo Sustentável e Infância - TSI do Ministério do Turismo - MTur? Qual o seu entendimento?
() sim () não
 - 1.1 Qual o seu entendimento sobre o programa?
 - 1.2 Qual a importância das Campanhas do Programa Turismo Sustentável e Infância?
2. A Secretaria de Estado do Turismo – SEDETUR desenvolve ou já desenvolveu as campanhas do TSI nesse estabelecimento?
() sim () não
 - 2.1 Em que ano?
 - 2.2 Como foram realizadas?
 - 2.3 Quais foram os efeitos dessas campanhas quanto ao rendimento?
() Satisfatório () Insatisfatório () Indiferente
3. O estabelecimento já registrou algum caso ou índices de exploração sexual infanto-juvenil?
() sim () não
 - 3.1 Quando?
 - 3.2 Quais as medidas tomadas?
 - 3.3 Como são identificados os casos?
4. O estabelecimento já participou ou realizou algum curso, palestra, reunião ou treinamentos sobre o combate a exploração sexual infanto-juvenil?
() sim () não
 5. Quais as medidas tomadas para evitar esse tipo de crime no estabelecimento?
() Preenchimento da FNR () Apresentação de Documentação de Identificação () autorização registrada em cartório para menores desacompanhados ou acompanhados por terceiros () Treinamento dos Colaboradores
() Outros: _____
6. O estabelecimento participa ou já participou de algum projeto, programa, campanha ou ação de combate à exploração sexual infanto-juvenil?
8. O estabelecimento possui algum cartaz ou informativo informando que a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente é Crime?
() sim () não
 - 8.1 Especifique:
() Cartaz do Ministério Público – MA () Cartaz da Secretaria de Direitos Humanos () Cartaz da SETUR () Cartaz da SEDETUR
() Placa da Sind HORBS () Material Próprio () Outros _____
9. Você considera a cidade de São Luís um destino vulnerável a Exploração Sexual infanto-juvenil?
10. Quais as medidas que necessárias para diminuir os efeitos negativos da atividade turística em São Luís?